

## RELATÓRIO DE DESEMPENHO DE GESTÃO

**ANO BASE 2023**

Procurador-geral de Justiça  
César Bechara Nader Mattar Júnior

Subprocurador-geral área jurídico-institucional Procurador de Justiça  
Antônio Eduardo Barleta de Almeida

Subprocuradora-geral, área técnico-administrativa Procuradora de Justiça  
Ubiragilda Silva Pimentel

Corregedor-geral  
Procurador de Justiça  
Manoel Santino Nascimento Júnior

Ouvidor geral Procurador de Justiça  
Geraldo de Mendonça Rocha

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos  
Promotora de Justiça  
Ana Cláudia Bastos de Pinho

### **NÚCLEO DE PROTEÇÃO À MULHER**

Coordenadora  
2º Promotor de Justiça Criminal de Icoaraci  
Luziana Barata Dantas

Coordenadora Adjunta do Núcleo Mulher  
5º Promotor de Justiça Criminal de Icoaraci  
Viviane Lobato Sobral

Coordenadora Auxiliar do Núcleo Mulher  
Promotor de Justiça Agrária  
Herena Neves Maués Corrêa de Melo

Georgia Hesketh Toscano  
Assessora especializada

Iracema Jandira Oliveira da Silva  
Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar

Francynete Melo e Silva  
Psicóloga

Jauro Júnior Batista de Melo  
Estagiário do curso de Administração

João Carlos Salgado Craveiro  
Estagiário do curso de Direito

## **NÚCLEO DE PROTEÇÃO À MULHER**

O presente relatório apresenta a síntese das atividades desenvolvidas pelo Núcleo Mulher no ano de 2023. Atinente ao seu mister e respeitando a própria autonomia, atendendo-se aos princípios da publicidade e da transparência da administração pública, por meio dos dados e das informações aqui disponibilizados, permite-se o acompanhamento e a fiscalização da atuação, do cumprimento das atribuições e das boas práticas, bem como analisar e corrigir o que não está de acordo com o exigido.

### **1. APRESENTAÇÃO**

O trabalho executado pelo Núcleo de Proteção à Mulher, demonstra sua importância ao impactar diretamente na área finalística do próprio *Parquet*, quando em razão da sua representatividade acompanha a formulação e a execução das políticas públicas sociais, em nível estadual e nacional, bem como, quando visa a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução do MPPA para efeito de atuação uniforme, conjunta ou simultânea. Quanto ao trabalho dos Promotores de Justiça, informo que em razão da grande extensão territorial, o Estado do Pará foi dividido em 15 pólos administrativos: **Região Metropolitana BELÉM I** (Pólo administrativo Belém); **Região Metropolitana BELÉM II** (Pólo administrativo Ananindeua); **Região do BAIXO AMAZONAS** (Pólo administrativo Santarém); **Região SUDESTE I** (Pólo administrativo Marabá); **Região SUDESTE II** (Pólo administrativo Redenção); **Região SUDESTE III** (Pólo administrativo Tucuruí); **Região SUDESTE IV** (Pólo administrativo Parauapebas); **Região MARAJÓ I** (Pólo administrativo Soure); **Região MARAJÓ II** (Pólo administrativo Breves); **Região SUDOESTE I** (Pólo administrativo Altamira); **Região SUDOESTE II** (Pólo administrativo Itaituba); **Região NORDESTE I** (Pólo administrativo Castanhal); **Região NORDESTE II** (Pólo administrativo Capanema); **Região NORDESTE III** (Pólo administrativo Paragominas); **Região TOCANTINS** (Pólo administrativo Abaetetuba); totalizando 144 municípios. Outrossim, informo que a administração e atualizações das informações do mapa de pólos administrativos, fica ao encargo do Departamento de Atividades Judiciais (DAJ) e que as alterações são publicadas mensalmente no site do MPPA.

Apenas em alguns municípios do Estado do Pará há promotorias de Justiça especializadas no combate à violência doméstica e familiar: em **Belém** (capital) há 4 (quatro) cargos que atuam da seguinte forma: 1º promotor de Justiça, perante a 1ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; 2º promotor de Justiça, perante a 2ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; 3º promotor de Justiça, frente a 3ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e 4º promotor de Justiça, frente a 1ª, 2ª e 3ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Em **Icoaraci**, há 2 (dois) cargos; e nos municípios de: **Ananindeua, Castanhal, Marabá e Santarém**, apenas 1 (um) cargo.

### **2. CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO**

O Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Núcleo Mulher) foi criado através da Resolução nº 005/2011/MP/CPJ e era ligado ao Centro de Apoio Operacional Criminal (CAO/Criminal). A Resolução nº 005/2011/MP/CPJ foi revogada parcialmente pelas Resoluções de nº 002 e 007/2012/CPJ do Colégio de Procuradores de

Justiça, e, consolidada com a republicação da Resolução de nº 002/2012/CPJ do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA), para acompanhar a formulação e a execução de políticas públicas sociais, em nível estadual e nacional, nas áreas de atuação do Ministério Público (inciso IV, do artigo 10), respaldado no artigo 11. Tendo sido instalado em 8 de março de 2012.

O ano de 2021 foi marcado por grandes mudanças, dentre elas houve a reestruturação dos Centros de Apoio Operacional através da **Resolução nº 004/2021/MP/CPJ, de 5/8/2021 (DOE 27/8/2021)** do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA), ocasião em que o Núcleo Mulher passou a ser denominado **Núcleo de Proteção à Mulher** estando vinculado ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), possuindo atribuições em nível estadual para atuar em conjunto com o CAODH, no(a): **intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na garantia dos direitos e proteção das mulheres; realização de estudos, cursos, palestras, seminários, encontros e outros eventos; acompanhamento, formulação e execução das políticas públicas sociais, em nível estadual e nacional, na defesa dos Direitos Humanos no que se refere às mulheres; promoção de estudos para sugestão de alterações legislativas ou normativas e acompanhar a tramitação de projetos de lei de interesse do Ministério Público do Estado do Pará; estimulação da aproximação efetiva entre o Ministério Público e a população**, dentre outras atribuições previstas nos artigos 9º, 10º e 17º, da supracitada Resolução.

### 3. ESTRUTURA FÍSICA

O **Núcleo Mulher** ocupa, desde dezembro de 2016, 1 (uma) sala pequena no andar térreo do prédio da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, da capital, situado à rua Ângelo Custódio, nº 85, Cidade Velha, CEP.: 66.023-090; Belém, PA, enquanto aguarda novo prédio onde irá funcionar a sede da Promotoria de Justiça da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

### 4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Integram o Núcleo Mulher: 1 um(a) coordenador(a)/ Promotor(a) de Justiça; 2 dois(duas): adjunto(a) e auxiliar do(a) coordenador(a)/ Promotores de Justiça; um(a) assessor(a) especializado(a)/bacharel em direito; um(a) estagiário(a) do curso de direito; um(a) estagiário(a) do curso de administração.

Considerando a transição da Coordenação do Núcleo Mulher, que tinha a frente a Promotora de Justiça Doutora **VYLLYA BARRA COSTA SERENI**, a partir de 14 de abril de 2023, através da **Portaria nº 839/2023 - MP/PGJ (DOE nº 35.369)**, por designação do Excelentíssimo Procurador-geral de Justiça Doutor **CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR**, que tomou posse para o biênio 2023/2025 houve a nomeação da Promotora de Justiça Doutora **LUZIANA BARATA DANTAS**, à função de Coordenadora do Núcleo de Proteção à Mulher (Núcleo Mulher).

### 5. ATRIBUIÇÕES

De acordo com a Resolução acima citada, o Núcleo Mulher tem como atribuições, dentre outras:

O dever de opinar e oferecer sugestões sobre questão envolvendo a violência contra a mulher;

Organizar e viabilizar o acesso a banco de dados referentes à legislação, serviços, entidades e outras áreas atinentes à violência contra a mulher, com o apoio do Departamento de Informática do Ministério Público;

O Núcleo tem a atribuição de, em conjunto com o Centro de Apoio Operacional Criminal, coordenar atividades de divulgação ou debate público referente à violência contra as mulheres grupos de trabalho e estudo para análise e sugestão de solução de problemas envolvendo a violência contra a mulher;

Participar da discussão e do acompanhamento de projetos de lei relacionados ao exercício das atribuições ministeriais na defesa das garantias dos direitos humanos, no que se refere às mulheres;

Fomentar e acompanhar programas junto a órgãos governamentais e não governamentais de prevenção e combate à violência contra a mulher.

O Núcleo Mulher possui ainda a atribuição de participar do gerenciamento interno dos projetos e atividades realizadas em parceria com outras instituições, referentes à violência contra a mulher e de realizar outras atividades relacionadas ao tema da violência contra a mulher em apoio aos órgãos de execução do Ministério público, em especial as previstas em convênio ou outros instrumentos firmados com outras entidades governamentais e não governamentais, sob a coordenação do CAO de Direitos Humanos.

Ademais, os **atendimentos ao público**, devidamente cadastrados no Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) estão sendo feitos de forma presencial ou eletrônica, por e-mail e/ou contato telefônico/ WhatsApp, onde após a análise das demandas, fornecemos informações, orientações, esclarecimentos de dúvidas ou esclarecimentos de questões de ordem jurídica ou institucionais suscitadas; fornecemos material do Núcleo Mulher, como: cartilhas, folders e pesquisas, para subsidiar o trabalho de outros membros que nos procuram; fornecemos o quantitativo de denúncias, de feminicídios e de outros dados referentes à violência contra as mulheres para atendimento de pesquisas requeridas por universitários, jornalistas e outros membros; como também fazemos a distribuição e os encaminhamentos dos "**relatos de casos**" aos Órgão de Execução ou aos Órgãos da Segurança Pública para a adoção das providências cabíveis.

## 6. AÇÕES, PROJETOS E INICIATIVAS

Sobre, o trabalho realizado no ano de 2023, que comprova a eficácia e efetividade das ações do Núcleo Mulher, destacamos o seguinte:

**Nos meses de JANEIRO e FEVEREIRO**, retomamos as tratativas, através de reuniões, com diversos setores do MPPA e integrantes da Rede de Proteção à Mulher para fôçarmos parcerias de eventos e organizarmos a programação para o enfrentamento à violência doméstica e familiar. Ressaltando que já existem pedidos para realizarmos eventos em **JURUTI** (Baixo Amazonas); **ORIXIMINÁ** (Baixo Amazonas); **MARABÁ** (Sudeste I), **PARAUPEBAS** (Sudeste IV); **CANAÁ DOS CARAJÁS** (Sudeste IV); **Soure**; **SALVATERRA**; **CACHOEIRA DO ARARI**, **SANTA CRUZ DO ARARI**, **PONTA DE PEDRAS**, **MUANÁ** (todos do Pólo Administrativo Marajó I) e **VIGIA DE NAZARÉ** (Nordeste I), bem como, para que possamos realizar a assinatura do Acordo de Cooperação entre os parceiros da Rede de Proteção e o MPPA.

Articulamos com o **CAODH/DS** e a **SEDUC** a continuidade do Projeto de Formação de profissionais da educação com o curso "pelo fim da violência contra meninas e mulheres" para interiorização; onde inserimos no cronograma a Escola Ulysses Guimarães; e, **CAOIJ** para trabalhar nas escolas; e, solicitamos ao **CAODH/DS** para ministrar o Projeto Formação de Profissionais de Educação com o curso "pelo fim da violência contra meninas e mulheres", a todos os Membros do MPPA, para que sejam multiplicadores e possam replicar o projeto em seus respectivos municípios.

Ademais, pretendemos realizar em observância à recente Lei n.º 14.164, de 10 de junho de 2021, que versa sobre a inclusão de conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, que tem formalizado projeto pelo fim da violência contra meninas e mulheres a ser efetivado nas escolas para o público do 3º ao 5º ano, atividade que se estenderá trimestralmente ao longo de 2023.

Outrossim, cumpre destacar, que, pela importância, o Núcleo Mulher recebe diversos convites para participar de eventos em todo o Estado do Pará, convites esses que são incluídos na programação anual do núcleo Mulher.

### **MÊS DE MARÇO**

O Núcleo Mulher participou no dia 6, da abertura oficial da Comemoração ao Dia Internacional da Mulher e da **23ª Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa**, a convite da CEVID do TJPA e da Roda de Conversa cujo tema foi: **“VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEU IMPACTO NO MERCADO DE TRABALHO: por que as instituições devem se preocupar com isso?”**

Link : <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1514175-semana-justica-pela-paz-em-casa-ocorrera-de-6-a-10-de-marco.xhtml>

No dia 7, participamos de Live a convite da Prefeita de Oriximiná por videoconferência, com o tema **“Violência Contra a Mulher: Femicídio no Brasil”**.

Live : Plataforma Google Meet

No dia 8, pela manhã, o Núcleo Mulher do MPPA em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) realizou o **Seminário “MULHER: DIREITOS, REALIZAÇÕES E EMPODERAMENTO” em alusão ao Dia Internacional da Mulher**, com o objetivo de mostrar à sociedade e aos membros e servidores do MPPA que o Ministério Público do Estado do Pará, através do Núcleo Mulher, busca cada vez mais fortalecer o diálogo com a sociedade e a imagem institucional, bem como trabalha para assegurar maior efetividade dos direitos e garantias das mulheres.

Link: <https://www2.mppa.mp.br/areas/atuacao/nucleos/nevm/mppa-realiza-seminario-em-alusao-ao-dia-internacional-da-mulher.htm>

**MPPA realiza seminário em alusão ao dia internacional da mulher**



BELÉM 08/03/23 16:00

Nesta quarta-feira, 8 de março, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio do Núcleo de Proteção à Mulher e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou seminário alusivo ao dia internacional das mulheres, com o tema “Mulher: direitos, realizações e empoderamento”, no Auditório Fabrício Ramos Couto, com transmissão simultânea no Canal do CEAF no Youtube.

O evento teve como objetivo mostrar à sociedade e aos membros e servidores que o MPPA busca cada vez mais fortalecer o diálogo com a sociedade, bem como trabalhar para assegurar maior efetividade dos direitos e garantias das mulheres. Sobre a importância da ocasião, a coordenadora do Núcleo de Proteção à Mulher, Vylly Costa Barra Sereni, falou que “o Ministério Público do Pará está unido à causa da mulher, sempre pensando em firmar os direitos da mulher, o avanço na luta pelos direitos da mulher, contra a violência.”

A promotora de Justiça, Érika Menezes de Oliveira, pontuou que a pauta do empoderamento feminino é incentivada pelo Ministério Público para que “a mulher possa cada vez mais ter consciência da necessidade da ocupação dos espaços de poder, muitas vezes ocupados por grande maioria do sexo masculino, e que não possamos ser limitadas por essa dinâmica que vivenciamos regularmente”.

#### O evento

A programação começou com o pronunciamento da Promotora de Justiça, Érika Menezes, representando o Procurador Geral de Justiça, César Mattar Jr. Integraram o dispositivo de abertura do evento e também se manifestaram a Coordenadora do Núcleo Mulher Vyllya Costa Barra Sereni, a coordenadora auxiliar Maria Cristina Queiroz Colares e o diretor geral do CEAf, José Edvaldo Sales.

A primeira palestra abordou o papel do homem para o fim da violência contra a mulher, em que o historiador e diretor do Instituto ProMundo, Luciano Ramos, falou sobre “Como meninos e homens podem contribuir para uma relação não violenta com meninas e mulheres”.



Com especialização em políticas públicas para infância e questões de gênero, Luciano falou sobre seu trabalho no instituto que consiste em oficinas e grupos reflexivos com meninos e homens no intuito de desmistificar normas rígidas de gênero e a masculinidade tóxica que afeta as mulheres. “Se a gente não trabalhar com os meninos e homens, no processo educativo, a realidade não vai mudar” afirma Luciano.

Em seguida, com a temática “Quanto tempo o tempo tem para as mulheres que sofrem violência?”, Luana Thomaz, advogada e professora de direito da faculdade de direito da UFPa abordou sobre a necessidade de agilidade na assistência às mulheres vítimas de violência.



Luana buscou refletir sobre “as violências institucionais que podem ser reproduzidas nessa relação com o tempo para essas vítimas. É um debate muito importante para que o judiciário e o Ministério Público possam refletir e construir outras políticas de apoio às mulheres” afirmou a palestrante.

Por fim, Ana Lara Camargo de Castro, Procuradora de Justiça do Mato Grosso do Sul, apresentou a palestra com o tema “Abordagem sobre o crime de perseguição (stalking)”. A procuradora definiu brevemente esta prática como “um curso de conduta em que há importunação, perseguição, vigilância ou assédio reiterado que acaba causando medo ou um abalo emocional substancial a uma pessoa, com uma invasão na sua privacidade.”



Ana Lara esclareceu que é uma temática importante para os Ministérios Públicos pois “a lei penal é nova e a coleta de provas, às vezes, é difícil, assim como a própria vítima se compreender como uma pessoa que está sendo perseguida reiteradamente, além das autoridades na segurança pública e na Justiça, entenderem que isso é grave.”.

Sobre o que seria o Stalking como prática criminosa em diferença ao que é entendido cotidianamente pelas pessoas, principalmente os jovens, a Promotora identifica dois pontos importantes para entender esse crime. Um deles é a insistência do agressor após a negativa da vítima e outra questão é a forma como se dá a abordagem, quando é violada a intimidade e causa medo à vítima.



A União dos Coordenadores de Bike do Pará (UCBPA) aproveitou a oportunidade para lançar a campanha "Mulher no Pedal é Mudança Social", que tem como objetivo combater a violência contra as mulheres, especialmente, contra as mulheres que pedalam, seja no dia a dia para os afazeres domésticos, ir ao trabalho, levar e buscar os filhos na escola ou para a prática de atividade física.

A iniciativa conta com o apoio do Núcleo de Proteção da Mulher do MPPA, da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, Comissão de Trânsito da OAB-PA, Procuradoria Especial da Mulher da Alepa, CIEPAS/Polícia Militar do Pará, entre outros parceiros.

Ainda no dia 8, no início da noite, a convite da Coordenação da CIPM/SEJUDH compomos a mesa para o lançamento oficial da Campanha do dia Internacional da Mulher do Estado do Pará e falamos sobre o tema **“O EMPODERAMENTO FEMININO COMO FORMA DE CIDADANIA E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO”**

**Link:** <http://www.sejudh.pa.gov.br/artigos/governo-lan%C3%A7a-campanha-pelo-dia-internacional-da-mulher-nesta-quarta-feira-08>

## Governo lança campanha pelo Dia Internacional da Mulher nesta quarta-feira (08)



O Governo do Pará, por meio da Coordenadoria de Integração de Políticas para as Mulheres (CIPM) da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) e de diversos órgãos do Executivo, realiza, durante todo o mês de março, uma extensa programação que visa comemorar o Dia Internacional da Mulher – celebrado no dia 8 de março.

Com o tema “O empoderamento feminino como forma de cidadania e prevenção à violência de gênero”, a campanha será lançada na próxima quarta-feira (08) com um evento na Praça do Povo e Praça dos Artistas, a partir das 14h, no Centur, em Belém.

O evento do dia 8, no Centur, contará com uma Feira Empreendedora de Mulheres, das 14h às 20h. A ação vai envolver mulheres empreendedoras atendidas por diversos programas do Governo do Estado e da Prefeitura de Belém, parceira na ação.

Entre as 15h e 16h, haverá uma roda de conversa com o tema “Empoderamento Feminino como forma de Cidadania e Prevenção à Violência: promovendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres”, cujo foco é relação entre a mulher e o futebol.



Já entre as 17h e as 18h, ocorrerá o lançamento oficial da campanha, com participação vice-governadora do Estado, Hanna Ghassan; da primeira-dama do Pará, Daniela Barbalho; da futura secretária de Estado da Mulher, Paula Gomes, da secretária Nacional do Ministério da Mulher, Carmem Foro; da deputada federal Elcione Barbalho; da procuradora da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), deputada estadual, Paula Titan; do prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues; da coordenadora da Coordenadoria da Mulher de Belém, Lívia Noronha e da responsável pela Coordenadoria de Integração de Políticas para as Mulheres (CIPM) da Sejudh e presidente do Conselho Estadual da Mulher, Márcia Jorge.



A programação será encerrada com diversas atrações culturais, como a banda de jazz da Guarda Municipal de Belém, coral da Secretaria Municipal de Administração (Semad) de Belém e banda Warilou.

Já no sábado (11), haverá uma Ação Cidadania, das 8h às 13h, na Praça Brasil. No local, o Ônibus lilás, da Sejudh, ofertará diversos serviços para o público feminino, tais como: orientação jurídica; atendimento psicossocial; Balcão de Direitos; emissão de documentos; prestação de serviços para reconhecimento de paternidade por meio do teste de DNA; atividades lúdicas, esportivas e recreativas às crianças; embelezamento; vacinas, testagem de HIV e sífilis; entre outras ações.

Segundo a responsável pela CIPM da Sejudh e presidente do Conselho Estadual da Mulher, Márcia Jorge, toda a programação do Dia 8 de Março traz diversas iniciativas que visam valorizar o papel da mulher na sociedade. Para isso, foram realizadas parcerias com movimentos de mulheres, conselhos municipais, organizações que executam políticas para mulheres nos municípios e a rede que atende as mulheres em situação de violência doméstica.



“A Sejudh, por meio da CIPM, em parceria com o Conselho da Mulher, vem realizando várias ações de articulação para a preparação do lançamento da campanha, que será dia 8 no Centur, unindo todas as estruturas que trabalham na rede de atendimento às mulheres para fazer essa campanha, que vai realizar diversas iniciativas no Estado, como palestras, audiências públicas, feiras de empreendedorismo, cursos de formação, palestras e a oferta de serviços na área de cidadania, cultura, estética, entre outras, para que tenhamos, durante todo o mês de março, essa agenda positiva no Estado do Pará”, destaca.

**Resumo:**

No dia 22 fizemos parte da Roda de conversa sobre violência doméstica e Rede de Proteção no Município de Faro, em conjunto com CEF, CAODH, NIERAC, Núcleo Mulher e Movimento de Mulheres de Faro.

Link: <https://www2.mppa.mp.br/agenda-de-eventos/roda-de-conversa-sobre-violencia-domestica-e-rede-de-protecao-faro-pa.htm>

**Roda de conversa: Roda de conversa sobre violência doméstica e rede de proteção (Faro/Pa)**

Roda de conversa sobre violência doméstica e rede de proteção, no dia 22 de março de 2023, no horário das 8h às 12h, no Salão Paroquial do município de Faro/PA.

Roda de Conversa  
**Violência Doméstica  
e Rede de Proteção  
em Faro**



**22 de março de 2023**  
das 8h às 12h  
Local: Salão Paroquial de Faro

Inscrições até 17/03  
<https://ceaf.mppa.mp.br/app/login>  
Evento para membros, servidores  
e comunidade em geral



Movimento de Mulheres de Faro  
Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos  
Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial  
Núcleo Mulher  
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

**Data de Início:** 22/03/2023 - 08h00min

**Data de Fim:** 22/03/2023 - 12h00min

**Realização:** CEAF, CAODH, NIERAC, Núcleo Mulher e Movimento de Mulheres de Faro

**Local:** Salão Paroquial do Município de Faro

**Endereço:** Salão Paroquial do Município de Faro

**Público-Alvo:** servidores e servidoras do MPPA

**Mais Informações:** Site do CEAF: <http://ceaf.mppa.mp.br/app/login>

**Período de Inscrição:** Até o dia 17 de março

**Inscrições:**

Site do CEAF: <http://ceaf.mppa.mp.br/app/login>

Nos dias 23 e 24MAR2023 participamos do 2º Fórum de Mulheres do Baixo Amazonas em Terra Santa.

Link: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/forum-fortalece-o-movimento-e-reune-cerca-de-600-mulheres-da-regiao-do-baixo-amazonas.htm>

**Fórum fortalece o movimento e reúne cerca de 600 mulheres da região do Baixo Amazonas**  
**TERRA SANTA 29/03/23 12:05**

Foi realizado no Salão Paroquial de Terra Santa nos dias 23 e 24 de março, o 2º Fórum de Mulheres do Baixo Amazonas, com a participação de aproximadamente 600 mulheres da região. O evento com o tema “Seguimos na vida removendo pedras e plantando flores”, foi promovido pelo Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAODH), Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico Racial (Nierac), Núcleo Mulher e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). Além de fortalecer a luta das mulheres, a programação obteve repercussão e participação expressiva das mulheres da região, diante das discussões no contexto de suas realidades e vivências.

O evento teve o apoio do Movimento de Mulheres de Terra Santa (AMTS), Diocese de Óbidos, Associação das Organizações de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas (AOMT-BAM ) e Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Oriximiná. Vindas em caravanas, de barco e ônibus, participaram mulheres de Terra Santa, Juruti, Faro, Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Santarém, Mojuí dos Campos e quilombolas e indígenas do Trombetas.



*Descrição da imagem: Fotografia colorida de auditório, com mesa de autoridades sentadas e uma mulher, em pé. A mesa tem toalha rosa e ornamentos. Ao fundo e acima há pinturas de temas religiosos.*

Após a composição da mesa de autoridades, que teve a presença da promotora de Justiça Ana Maria Magalhães de Carvalho, coordenadora do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), o diretor do Ceaf, promotor de Justiça Edvaldo Sales, fez a palestra de abertura com o tema “Mulheres Liderança e Participação Política”. Ele destaca que o Brasil, incluindo o Estado do Pará, possui altos índices de subrepresentação política da mulher.



*Descrição da imagem: Fotografia colorida de auditório, com um homem em pé, falando ao microfone, a mesa tem toalha rosa e ornamentos.*

Os números também indicam uma histórica prática de violência política contra a mulher nos espaços de poder, e as que almejam alcançá-lo através do processo eletivo, por exemplo. “Em razão desses dois fatores é importante neste 2º Fórum de Mulheres do Baixo Amazonas, destacar dois aspectos: primeiro, a relevância da participação política da mulher, não apenas em pleitos eleitorais, mas em todos os espaços públicos e privados de poder. E num segundo momento, incentivar e apresentar os meios de combate a todas as formas de violência contra a mulher, e no caso, da violência política contra essa mulher”, disse Edvaldo.

A coordenadora do Nierac, promotora de justiça Lilian Braga, destacou a importância do fórum para as mulheres da região, pois houve primeiro uma fase de preparação e articulação, que funciona como ponte de diálogo com as participantes dos municípios. O fato de ser realizado no mês de março, no qual é comemorado o Dia da Mulher, movimenta o grupo e fortalece a luta para o reconhecimento dos direitos constitucionais e legais das mulheres.



*Descrição da imagem: Fotografia colorida de sala, com mulheres reunidas e sentadas em formato de círculo.*

No primeiro dia, após a abertura, as participantes foram divididas em quatro grupos de trabalho, com os temas autocuidado feminino; geração de renda; violência doméstica e familiar contra a mulher e a rede de proteção; comunicação não-violenta. Nos grupos as participantes discutiram sobre suas experiências, inclusive com depoimentos de vítimas de violência. O primeiro dia foi encerrado com a noite cultural, com apresentação das mulheres em músicas autorais, paródias e danças.



*Descrição da imagem: Fotografia colorida de auditório, com uma mulher, em pé, ao microfone e tocando violão.*

No dia 24 foram realizadas mesas de debates. Sobre a geração de renda para mulheres da Amazônia, falou Maria Luiza Nunes, integrante do coletivo "Pretas Paridas", de Belém, que enfatizou a necessidade da produção de renda também contribuir com a sustentabilidade e a proteção dos territórios. A mesa contou ainda com cinco mulheres que trabalham na empresa Mineração Rio do Norte, que dividiram suas experiências de inclusão num ambiente predominantemente masculino. De acordo com a promotora de Justiça Lílian Braga, "essa mesa foi riquíssima, pois tivemos essas mulheres que não trabalham mais somente nos serviços subalternizados". Uma delas era mecânica de máquinas e outra trabalha com automação.



*Descrição da imagem: Fotografia colorida de auditório, com mesa e duas mulheres sentadas, uma fala ao microfone. A mesa tem toalha rosa e ornamentos. Ao fundo há imagem em tela de projetor.*

Outra palestra foi de Laura Cardoso, psicóloga convidada de Salvador (BA), que falou sobre autocuidado feminino, juntamente com Eveny Pereira, do Conselho Regional de Psicologia (CRP). A última mesa teve como tema a violência doméstica, conduzida pela Promotora de justiça Vyllya Sereni, coordenadora do Núcleo Mulher do MPPA, que abordou a atuação do MPPA e a Lei Maria da Penha, e também Francely Brandão, que abordou a rede de atendimento às vítimas. Na mesa houve o compartilhamento de diversos relatos produzidos pelas mulheres atendidas.



*Descrição da imagem: Fotografia colorida de auditório, com uma mulher, em pé, falando ao microfone. A mesa tem toalha rosa e ornamentos. Ao fundo e acima há pinturas de temas religiosos.*

Durante o evento também foi feita a entrega da sala amarela, pela prefeitura de Terra Santa, que consiste em espaço para escuta e acolhimento humanizado de mulheres vítimas de violência física e sexual. O próximo fórum deverá ser realizado em Óbidos, cidade escolhida após sorteio no encerramento, e os preparativos já iniciam logo após o fórum de Terra Santa.

No dia 27 ocorreu pela manhã a Assinatura do Acordo de Cooperação entre o MPPA e parceiros da Rede de Proteção.

**Link:** <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-celebra-acordo-de-cooperacao-em-favor-de-mulheres-em-situacao-de-violencia-e-vulnerabilidade-social.htm>

**MPPA celebra Acordo de Cooperação em favor de mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social**  
**BELÉM 27/03/23 16:20**



O Ministério Público do Estado (MPPA), por meio do Núcleo de Proteção à Mulher, coordenado pela PJ Vylly Sereni, auxiliada pela PJ Cristina Colares, celebrou nesta segunda-feira, 27 de março, o Acordo de Cooperação com Instituições de ensino, órgãos públicos, e entidades não governamentais, para implementação de ações em conjunto em favor de mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social.

O presente acordo visa estabelecer parceria com o objetivo de mútua cooperação observando os eixos de assistência jurídica; saúde física e mental; e, formação/capacitação profissional, visando a execução de programas de trabalho, projetos/atividades, eventos de interesse recíproco e fomento de ações conjuntas em prol da mulher hipossuficiente e vítima de violência doméstica e familiar. Além disso, busca-se conferir maior eficiência, integração, agilidade e efetividade da rede de proteção à mulher.



O ato de assinatura ocorreu no Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, e foi presidido pelo PGJ, César Mattar Jr. "A nossa administração desde o início tem um compromisso com os direitos humanos. Estou muito feliz e honrado pela oportunidade do Ministério Público do Estado integrar esta rede de proteção à mulher. Com a assinatura do Acordo, os aspectos formais estão bem direcionados. A partir de agora, nós vamos para o trabalho de verdade: o de cuidar das mulheres vítimas de violência doméstica", destacou o chefe do MPPA.

Pela Sedap, o termo foi assinado pelo titular do órgão, Giovanni Queiroz. Ele ressaltou que a iniciativa é importante para agregar secretarias de estado, entidades privadas principalmente no nível acadêmico além de outras entidades, com o objetivo de fortalecer a defesa da mulher vítima da violência. "E nós estamos a incorporar nesse evento, essa é uma importante associação de todos os órgãos e cumprimento o Ministério Público pela incentivo inteligente, necessária e que possa realmente devolver a bandeira a integridade com a vida", ressaltou o secretário.

"O objetivo desse projeto é que tenhamos uma integração cada vez mais efetiva da rede de proteção à mulher, onde possa se dar um atendimento mais humanizado a esta mulher que já está altamente vulnerabilizada, vulnerável, triste, marcada, machucada. O projeto está iniciando, nós acreditamos no potencial desse trabalho, pois nós acreditamos que ele vá render muitos bons frutos. Nosso maior desejo é que haja um fluxo de atendimento a essa mulher, para que realmente ela possa sair diferenciada e ter esse atendimento em todos os eixos do projeto (assistência jurídica, saúde física e mental, e da capacitação profissional). Nosso maior desejo é que a mulher realmente possa sair efetivamente do ciclo da violência", destacou a Promotora Vyllya Sereni.



## Projeto

O Projeto de Integração da Rede de Proteção e Empoderamento da Mulher teve início no final de 2018, tendo sido suspenso no ano de 2020 em decorrência do surgimento da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que praticamente “parou o mundo” impondo a todos a obrigatoriedade do afastamento social e muitas mudanças e adaptações;

O Projeto foi retomado em 2021, a partir da gestão do PGJ César Mattar, tendo à frente da Coordenação do Núcleo Mulher, a PJ Vyllyya Costa Barra Sereni e sua auxiliar, a promotora de Justiça Cristina Colares.

No decorrer desses dois últimos anos, foram realizadas diversas reuniões para o fim de concretizar e solidificar as ações de parceria entre a Rede de Proteção à Mulher e o MPPA. Foram expostos os novos objetivos desse Projeto no sentido de dar efetivo e humanizado atendimento à mulher vítima de violência doméstica e a intensão de estabelecer fluxo no atendimento.

Foi então requerido que os parceiros apresentassem os planos de ação e os serviços que seriam oferecidos por cada um.

Foi criado um grupo de trabalho para tratar da organização, planejamento, metodologia, e fluxograma das ações que seriam ofertadas através da assinatura do Acordo de Cooperação.

Durante o estudo, foram identificados os três eixos de atuação, quais sejam: eixo saúde física e mental; eixo assistência jurídica e eixo formação/capacitação profissional. Após, foi elaborada uma plataforma digital, em que a mulher atendida pelo Projeto será cadastrada, saindo daí seu encaminhamento às atividades e serviços ofertados pelos parceiros, visando assim que a mulher saia do ciclo da violência.

### Instituições parceiras



O termo foi assinado por membros de quinze órgãos, entidades e instituições. Além do Procurador Geral de Justiça, César Mattar Jr, e da Coordenadora do Núcleo Mulher, Vylly Sereni; a assinatura foi feita por Sérgio Fiuza Mendes, Reitor do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa); Bruno Bordallo, administrador da Faculdade de Belém (Fabel); Angela Lopes de Jesus, diretora executiva da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiar do Estado do Pará (FETAGRI); Alfredo Costa, presidente da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA); Ana Paula Zuniga Corrêa, delegada diretora da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; Murilo de Souza, presidente do Instituto Ambient; Sthefani Brasil, presidente do instituto de Desenvolvimento Social e Apoio à Mulher Paraense (Idesamp); Luciane Ferreira, coordenadora do Instituto de Desenvolvimento Social (IDESO); Kahlil Vianna, diretor geral da Estádio de Belém; Inocêncio Gasparim da Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER); Giovani Queiroz, titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap); Ana Paula Gomes de Freitas, titular da Secretaria de Estado das Mulheres; Pedro Sérgio Mora Filho, diretor geral da sociedade civil integrada Madre Celeste (ESMAC); Maria Betânia de Carvalho Fidalgo Arroyo; reitora da Universidade da Amazônia (UNAMA).

No dia 31 a convite da SEGUP e do Instituto Ideso participamos da Abertura do Curso de Abordagem policial para atender vítimas de Violência Doméstica.

**Link:** <https://www.segup.pa.gov.br/noticias/segup-e-ideso-v%C3%A3o-capacitar-agentes-que-atendem-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%A2ncia-dom%C3%A9stica>

**Segup e Ideso vão capacitar agentes que atendem vítimas de violência doméstica  
(Canal de denúncias)**

Policiais militares e civis participarão de curso realizado pelo Iesp, a fim de aprimorar o cenário de atendimento e oferecer dignidade e bem-estar às vítimas

Com o objetivo de qualificar o atendimento realizado pelos profissionais de segurança pública do Estado, nesta sexta-feira (31) foi lançado o curso de capacitação para atendimento de vítimas de violência doméstica, fruto da parceria entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) e o Instituto de Desenvolvimento Social (Ideso). Uma solenidade realizada no auditório do Ministério Público, bairro da Cidade Velha, iniciou a formação prevista para o próximo dia 08 de abril.

Resultado de um termo de cooperação celebrado entre a Segup e o Ideso, o curso permitirá a capacitação de agentes das polícias Militar e Civil, com o objetivo de garantir direitos às mulheres que sofrem violência doméstica.



Estiveram presentes integrantes do Tribunal de Justiça do Pará, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Militar, Polícia Civil e Faculdade Adventista da Amazônia (Faama), além de profissionais que atuam no projeto.

O diretor do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (Iesp), coronel BM Antônio Bentes, informou que o Instituto vai oferecer os melhores recursos para a formação dos agentes. “Dentro dos nossos serviços temos a plataforma de Ensino a Distância do Instituto, disponível para atender a formação dos policiais, bombeiros e demais agentes, mas principalmente servir como instrumento para formar toda a sociedade. Temos cursos que são ofertados através dessa plataforma, e é de suma importância, pois ajuda na capacitação daqueles profissionais que estão distante da capital, levando todo tipo de formação a eles”, disse o gestor.

A presidente do Ideso, Luciane Ferreira, vê na formação a possibilidade de mudar cada vez mais o cenário de atendimento às vítimas de violência, possibilitando dignidade e bem-estar. “Estamos vivendo uma realidade conjunta, onde várias instituições aqui estão presentes com o objetivo de transformar este cenário. Aqui vemos a importância da rede integrada, porque temos muitas famílias sofrendo com esta realidade”, destacou Luciane Ferreira.

Qualificação - A secretária de Estado da Mulher, Paula Gomes, frisou a importância da união institucionalizada para vencer o desafio da violência. “No Pará somos mais de 4 milhões de mulheres, e não podemos ver a mulher de forma isolada. Nessa oportunidade, quero parabenizar o Ideso e todas as instituições, inclusive a deputada (federal) Elcione, que é sensível à causa e aportou recurso para que esse curso chegue aos policiais, qualificando o atendimento. A formação precisa chegar a lugares em que as mulheres têm em vocês, policiais, a primeira intervenção”, disse a titular da Secretaria.

A formação será alinhada com cada segmento da segurança pública, considerando a logística e dinâmica. Alcançando os 144 municípios paraenses, o curso deve ocorrer primordialmente a distância (EaD), aumentando o público atendido nas regiões de Integração do Estado.



## **MÊS DE ABRIL**

Considerando a transição da Coordenação do Núcleo Mulher e, nomeação da Promotora de Justiça Doutora **LUZIANA BARATA DANTAS**, à função de Coordenadora do Núcleo de Proteção à Mulher (Núcleo Mulher), a partir de 14 de abril de 2023, através da **Portaria nº 839/2023 - MP/PGJ** (DOE nº 35.369), por designação do Excelentíssimo Procurador-geral de Justiça Doutor **CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR**, que tomou posse para o biênio 2023/2025.

Foram realizadas reuniões, com diversos setores do MPPA e integrantes da Rede de Proteção à Mulher para reorganizarmos a programação, fechamos parcerias de eventos com alinhamento de ações.

No dia **26ABR2023** ocorreu a adesão e divulgação, em parceria com a ASCOM, da Campanha Nacional sobre **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA EMPREGADAS DOMÉSTICAS**.

## **MÊS DE MAIO**

No período de **10 a 12MAI2023** o Núcleo de Proteção à Mulher representado por sua Coordenadora Promotora de Justiça Doutora **LUZIANA BARATA DANTAS**, participou de reunião da 2ª Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), como membro da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid), em Teresina, no Piauí.

Link: [https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?lumParams=efPW7iLMOqpVGgHKciqIKKub1LsctpmZgYZLS35RpeUbSYzdxbjMChuL6LcqtVUg91ko-qvAHAGzaGDla05src-ZK\\_loVHomBjRuJag\\_PBTJwqQz2bdpjn4B91GSf\\_wWP-5a622II1\\_zYpjmheyJ4F-fxC\\_ds9xWuocBGtb01QZD2gUs-bb4GhZDGPAr6OazmTQz4WdRtFR1Zb\\_5K3XwKXellqlpRXjd6XIRTTsZZYM](https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?lumParams=efPW7iLMOqpVGgHKciqIKKub1LsctpmZgYZLS35RpeUbSYzdxbjMChuL6LcqtVUg91ko-qvAHAGzaGDla05src-ZK_loVHomBjRuJag_PBTJwqQz2bdpjn4B91GSf_wWP-5a622II1_zYpjmheyJ4F-fxC_ds9xWuocBGtb01QZD2gUs-bb4GhZDGPAr6OazmTQz4WdRtFR1Zb_5K3XwKXellqlpRXjd6XIRTTsZZYM)

**MPPA participa de reunião da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**



O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) participou, entre os dias 10 e 12 de maio, da 2ª Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH). O evento ocorreu em Teresina, no Piauí, e reuniu representantes dos Ministérios Públicos de todo o país. O objetivo foi realizar reuniões das Comissões Permanentes que integram o GNGH. O MPPA foi representado na Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid), pela Promotora de Justiça Luziana Barata Dantas.

O GNDH é um órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) que tem por finalidade promover, proteger e defender os direitos fundamentais dos cidadãos. O grupo possui sete comissões permanentes que são compostas por membros do Ministério Público brasileiro.



### **Programação**

No dia 11, a programação contou com a palestra da procuradora de justiça do MPRO, Ivana Farina Navarrete Pena, que falou sobre "A importância da Elaboração do Protocolo de Atuação do Ministério Público Brasileiro com Perspectiva de Gênero", além da apresentação do Protocolo de Apoio às vítimas de violência sexual em bares.

A Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid), coordenada pela promotora de Justiça Rúbian Corrêa Coutinho, também debateu a atuação dos MP's em diversos temas de interesse da comissão, como: a atuação dos Ministérios Públicos Brasileiro com perspectiva de gênero; inclusão do MP como serviço do "Disque 180" por WhatsApp; a situação das mulheres imigrantes em situação de violência doméstica e familiar; entre outros.

Na programação do dia 12, houve apresentação da campanha para mulher trans - ampliação da campanha "Toque de Amiga"; apresentação sobre a situação das mulheres imigrantes em situação de violência doméstica e familiar; criação do Grupo de Trabalho sobre os Crimes Conexos; e o debate da construção do formato do XIII ENCONTRO NACIONAL DA COPEVID.



Em 25MAI2023, o Núcleo Mulher participou a convite do Deputado Estadual **CARLOS BORDALO**, da Sessão especial em alusão a 7º Marcha das Margaridas.

No dia 31MAI2023, devido a grande extensão territorial do estado do Pará, antecipamos a realização de Ciclos de Diálogos previsto para o mês de agosto, tendo o evento ocorrido em Santarém o evento: **Ciclo de Diálogos da Lei nº 11.340/2006 (Lei maria da Penha) para a Rede de Proteção dos municípios de Juruti e Oriximiná integrantes do Pólo Administrativo do Baixo Amazonas**. Dividido em 6 (seis) painéis:

1º Painel: **A mulher e a Agricultura Familiar: o Agronegócio e o dano à vida das mulheres** - Maria Ivete Bastos dos Santos

2º Painel: **A mulher Indígena: A ameaça à mulher defensora de Direitos Humanos** - Auricelia Arapiuns

3º Painel: **Trajetórias, Desafios e Conquistas da Lei Maria da Penha pelo Movimento de Mulheres e m Juruti** - Ariadne Elizabete Batista de Lima

4º Painel: **A mulher quilombola: Dandaras da Amazônia** - Ana Cleide da Cruz Vasconcelos e Elielma de Jesus Pires

5º Painel: **Trajetórias, desafios e conquistas da Lei Maria da Penha pelo MOVIMENTO DE MULHERES EM JURUTI** - Ariadne Elizabete Batista de Lima

6º Painel: **A mulher LGBTQIA+: Orientação sexual e violência de gênero** – Doutora Thayse Sá Pingarilho e Dra Lara Duarte

7º Painel: **A mulher e as Múltiplas Violências, Enfrentamentos em favor da Igualdade de gênero** - Doutora Andreza dos Santos Souza

**6º Painel: O Ministério Público como elemento de Resistência às Desigualdades de Gênero – Doutoras**

Luziana Dantas, Herena Melo e Viviane Sobral.

Link:

[https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?lumParams=0yeGMasHJrnxx7M7X4KBhLdh8hux2uLaZkEsaPEsYbo6eqJ001teaK-2T2QqJYRqXr1I\\_zQGe8ihelhp7xSaBfEsybyS0WqLXLG\\_D1Wj80JUUpK1cEdewR4V2RU6Oa1JQsPuAKZUo95N0gswlwz6Gr68zPweBtCa5TspZHgFchSMLeQ7hQHiZulCk5fFSawerjYfb-9hPmCV0NkKrzxjVNd6G\\_Is8KIBaJUjMXmPh-Vo](https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?lumParams=0yeGMasHJrnxx7M7X4KBhLdh8hux2uLaZkEsaPEsYbo6eqJ001teaK-2T2QqJYRqXr1I_zQGe8ihelhp7xSaBfEsybyS0WqLXLG_D1Wj80JUUpK1cEdewR4V2RU6Oa1JQsPuAKZUo95N0gswlwz6Gr68zPweBtCa5TspZHgFchSMLeQ7hQHiZulCk5fFSawerjYfb-9hPmCV0NkKrzxjVNd6G_Is8KIBaJUjMXmPh-Vo)

**Núcleo Mulher promove Ciclo de Diálogos sobre a lei Maria da Penha para a rede de proteção no Baixo Amazonas**

Foi realizado na última quarta-feira (31), na sala multiuso das Promotorias de Justiça de Santarém, o Ciclo de diálogos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), para a Rede de Proteção dos municípios de Juruti e Oriximiná do Pólo Administrativo do Baixo Amazonas. O evento foi promovido pelo Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), e abordou as diversidades e vulnerabilidades das mulheres, em relação aos episódios de violência, tanto no ambiente doméstico como em suas funções de trabalho e liderança.



*Descrição da imagem: Fotografia colorida em miniauditório, mostrando mesa ao fundo com cinco pessoas sentadas, de frente para a plateia, onde estão pessoas sentadas em cadeiras pretas. Na mesa estão, da esquerda para direita, o promotor de Justiça Bruno Fernandes, o Corregedor-Geral Sérgio Tibúrcio, a promotora de Justiça Luziana Dantas, a promotora de Justiça Viviane Lobato e o promotor de Justiça Diego Belchior.*

O evento contou com a presença do Corregedor-Geral do MPPA, Sérgio Tibúrcio dos Santos, que compôs a mesa de abertura juntamente com a coordenadora do Núcleo Mulher, promotora de Justiça Luziana Dantas; a coordenadora adjunta, promotora de Justiça Viviane Lobato; o

coordenador das Promotorias de Justiça de Santarém, Diego Belchior Ferreira Santana, e o promotor de Justiça que responde por Oriximiná, Bruno Fernandes.

Na abertura, o Corregedor-Geral Sérgio Tibúrcio ressaltou a missão do Ministério Público na defesa da sociedade. “Onde um promotor ou promotora de Justiça estiver, estará defendendo a todos nós. O Ministério Público é o defensor, é o advogado da sociedade. É este braço da cidadania, e está para servir a todos, e não para ser servido”, ressaltou o Corregedor.

O evento foi realizado em forma de painéis conduzidos por representações e lideranças femininas diversas. O primeiro, por Maria Ivete Bastos dos Santos, abordou a mulher e a agricultura familiar, o agronegócio e o dano à vida das mulheres. Ivete é agricultora e defensora de direitos humanos, já sofreu ameaças e compartilhou suas experiências. Em seguida, a representante das mulheres indígenas, Auricélia Arapium, falou sobre as lutas das mulheres indígenas. Auricélia preside o Conselho Deliberativo da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).



*Descrição da imagem: Fotografia colorida em miniauditório, mostrando mesa na frente com duas mulheres sentadas, de frente para a plateia, onde estão pessoas sentadas em cadeiras pretas. Um mulher de turbante verde fala ao microfone.*

O 3º painel teve como tema “A mulher quilombola: dandaras da Amazônia”, por Ana Cleide da Cruz Vasconcelos e Elielma de Jesus Pires, lideranças quilombolas da região do Baixo Amazonas. Outro painel abordou as trajetórias, desafios e conquistas da Lei Maria da Penha pelo movimento de mulheres em Juruti, por Ariadne Elizabete Batista de Lima. O último tema da manhã foi a mulher LGBTQIA+: Orientação sexual e violência de gênero, pelas advogadas Thayse Sá Pingarilho e Lara Duarte, que integram a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB Pará - Subseção de Santarém.



*Descrição da imagem: Fotografia colorida em miniauditório, mostrando à frente da plateia, em pé, o Corregedor-Geral Sérgio Tibúrcio, e a palestrante Auricélia Arapium, que segura um papel com a logomarca do MPPA.*



*Descrição da imagem: Fotografia colorida em miniauditório, mostrando a promotora de Justiça Luziana Dantas e as palestrantes Thayse Sá Pingarilho e Lara Duarte, em pé à frente da plateia, segurando uma bandeira com as cores laranja, amarelo, verde e azul.*

No período da tarde, a delegada de Polícia Civil Andreza dos Santos Souza, diretora da Delegacia da Mulher e Delegacia Especializada no atendimento à Criança e ao Adolescente de

Santarém, falou sobre o tema “A mulher e as múltiplas violências, enfrentamentos em favor da igualdade de gênero”. Ela abordou a vivência e estatísticas no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.



*Descrição da imagem: Fotografia colorida em miniauditório, mostrando a promotora de Justiça Herena de Melo, a palestrante Andreza dos Santos, e as promotoras Luziana Dantas e Viviane Lobato, em pé, de frente para a plateia.*

O painel de encerramento foi ministrado pelas promotoras de Justiça Luziana Dantas, Viviane Lobato e Herena de Melo, que falaram sobre o Ministério Público como elemento de resistência às desigualdades de gênero. Como coordenadoras do Núcleo Mulher, responderam e ouviram as demandas das participantes e concluíram o ciclo enfatizando a necessidade de enfrentar as múltiplas vulnerabilidades das mulheres, no contexto de suas vivências.



*Descrição da imagem: Fotografia colorida em miniauditório, mostrando mesa com as promotoras de Justiça Herena de Melo, Luziana Dantas, que fala ao microfone, e Viviane Lobato, sentadas de frente para a plateia.*

## **MÊS DE JUNHO**

No dia 7JUN2023, o Núcleo de Proteção à Mulher por designação do Procurador-geral de Justiça participou do lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com cidadania (Pronasci II) no Estado do Pará e **assinatura do Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica para implantação da Casa da Mulher Brasileira em BELÉM.**

O Termo de Cooperação visa a execução das ações previstas no Programa Mulher Viver Sem Violência, em que a Casa da Mulher Brasileira é considerada um equipamento estratégico com a ampliação e adequação dos atendimentos especializados da rede de saúde, justiça, socioassistencial, psicossocial e promoção da autonomia econômica.

**Link:** <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-participa-do-lancamento-do-pronasci-ii-no-para-assina-acordo-de-cooperacao-para-implantacao-da-casa-da-mulher-em-belem.htm>

**MPPA participa do lançamento do Pronasci II no Pará e assina acordo de cooperação para implantação da Casa da Mulher em Belém**



*Descrição da imagem: Ao centro da foto tirada ao ar livre, em meio à multidão, o PGJ César Mattar Jr., no lado direito, e o Ministro da Justiça Flávio Dino, no lado esquerdo, estão se cumprimentando. Aparecem ainda na foto o governador Helder Barbalho e o Superintendente da Sudam Paulo Rocha.*

Nesta quarta-feira, 7, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio do Procurador-geral de Justiça César Mattar Jr. e das Promotoras de Justiça Luziana Dantas, Coordenadora do Núcleo de Proteção à Mulher e Vyllyya Sereni, participaram do lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci II) no Estado do Pará e da assinatura do Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica para implantação da Casa da Mulher Brasileira em Belém. O evento ocorreu à tarde na Usina da Paz da Cabanagem e foi conduzido pelo governador Helder Barbalho e pelo Ministro da Justiça Flávio Dino.

O Pronasci II se estrutura em cinco eixos de atuação: a prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher; fomento às políticas de segurança pública com cidadania em territórios com altos indicadores de violência; fomento às políticas de cidadania com foco no trabalho e ensino formal e profissionalizante para presos e egressos do sistema prisional; apoio às vítimas da criminalidade; e, finalmente, combate ao racismo estrutural e a todos os crimes dele derivados, com ações afirmativas para a população negra aliadas ao enfrentamento da pobreza, da fome e das desigualdades.



*Descrição da imagem: há diversas pessoas na plateia e no palanque do auditório da Usina da Paz, todos estão de pé. Em cima do palco estão várias autoridades e ao fundo um telão com a projeção da bandeira do Pará*

A agenda foi marcada pela entrega de 14 viaturas, para as Polícias Militar e Civil e Sistema Penitenciário. Além de kits da Força Nacional, com pistolas taurus e Beretta, drones e outros itens de segurança, que também beneficiarão a Polícia Civil e Militar.

### **Espaço Casa da Mulher Brasileira, em Belém**

O termo de cooperação assinado entre Governos Federal e Estadual, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Prefeitura de Belém e demais parceiros, visa a execução das ações previstas no Programa Mulher Viver Sem Violência, em que a Casa da Mulher Brasileira é considerada um equipamento público estratégico. O Programa consiste na integração dos diversos serviços públicos no atendimento à mulher. Além disso, prevê a ampliação e adequação dos atendimentos especializados nos âmbitos da rede de saúde, da justiça, socioassistencial, psicossocial e promoção da autonomia econômica.

O PGJ, César Mattar Jr., indicou as Promotoras de Justiça Luziana Dantas e Vylly Sereni para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, o Comitê Gestor que vai tratar da implantação de Casa da Mulher Brasileira em Belém. No ato de assinatura do Termo de Cooperação, a Coordenadora do Núcleo de Proteção à Mulher, Luziana Dantas, representou a Procuradoria-Geral de Justiça.



*Descrição da imagem: A Promotora de Justiça Luziana Dantas, Coordenadora do Núcleo de Proteção à Mulher, representando o PGJ César Mattar Jr. assina o acordo. Ela está em pé em cima do palco, escrevendo. Ao seu redor estão diversas autoridades também em pé.*

O espaço Casa Mulher, que em Belém ficará localizada próxima ao Portal da Amazônia, em um terreno de mais de 6 mil metros quadrados, irá oferecer serviços públicos como a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Promotoria Pública Especializada da Mulher; Defensoria Pública Especializada da Mulher; atendimento psicossocial; alojamento de passagem; brinquedoteca; serviço de orientação e direcionamento para programas de auxílio, promoção da autonomia econômica, geração de trabalho, emprego e renda, bem como a integração com a rede de saúde e socioassistencial; além da central de transportes, que integrará a Casa aos outros serviços existentes na rede de atendimento às mulheres em situação de violência.



*Descrição da imagem: Em meio a várias pessoas, a Promotora de Justiça Luziana Dantas, à esquerda, e o Ministro da Justiça Flávio Dino, à direita, posam para foto.*

As atribuições do Ministério Público são contribuir para a implementação da unidade da Casa da Mulher Brasileira e para o atendimento integral às mulheres em situação de violência; Disponibilizar e manter os recursos humanos da Promotoria Pública Especializada de Atendimento às Mulheres; disponibilizar informações e dados para o monitoramento do Programa Mulher Viver Sem Violência, inclusive por meio do Sistema Nacional de Dados e Informações da Casa da Mulher Brasileira.

Em 13JUN2023, ocorreu reunião virtual com a Diretora do instituto do 3º Setor do Estado do Paraná para tratar da criação de um Observatório de gênero de Business Intelligence.

No dia 14JUN2023, Em atenção à Lei nº 14.164/2021, que instituiu a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, para que as ações sejam realizadas anualmente no mês de março; Considerando os diversos compromissos que a Doutora Vyllya Costa Barra Sereni, Coordenadora da época assumiu nos meses de fevereiro e março de 2023, além de ter que atuar como Órgão de Execução e a falta de compatibilidade de agenda com algumas Escolas; Considerando que no mês de abril houve a transição da coordenação do Núcleo Mulher em decorrência da posse do PGJ para o biênio 2023/2025, onde foi nomeada a Doutora Luziana

Barata Dantas, estamos realizando a **SEMANA ESCOLAR** excepcionalmente no presente mês. Tendo ocorrido **palestras** do Núcleo Mulher na **ESCOLA DOM PEDRO I** que desenvolve o projeto de Ciências Humanas Projeto Identidade e Diversidade Social: pelo fim da violência contra adolescentes, mulheres e LGBTQIA+, sob a coordenação das professoras **DARLING COSTA** e **SANDRA RODRIGUES** para aproximadamente 175 estudantes do 2º ano com média de idade de 15 a 17 anos. Onde foram abordados os seguintes temas:

1) **Violência de gênero** (Promotora de Justiça Doutora Viviane Lobato Sobral – Coordenadora Adjunta do Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA).

2) **Violência doméstica contra à Mulher com enfoque na violência psicológica.** (Promotora de Justiça Doutora Vyllya Costa Barra Sereni do MPPA).

3) **Dignidade LGBTQIA+ nas escolas**

(Senhoras Darlah Mariana Farias e Bárbara Caroline Oliveira da Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH))

Link:

<https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-e-seirdh-se-unem-em-acao-contra-a-violencia-de-genero-e-lgbtqia.htm>

**MPPA e SEIRDH se unem em ação contra a violência de gênero e LGBTQIA+**



Na manhã desta quarta-feira, 14, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), através do Núcleo de Proteção à Mulher, realizou, em parceria com a Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH) e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dom Pedro I, ação com o objetivo de combater a violência contra mulheres, adolescentes e pessoas LGBTQIA+. O auditório da Associação do Conjunto Bela Vista foi escolhido para sediar as atividades, recebendo cinco turmas da Escola Dom Pedro I, em uma iniciativa voltada para conscientização e promoção da igualdade de direitos.

Com a participação da Coordenadora Adjunta do Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA, Promotora de Justiça Viviane Lobato Sobral, e da Promotora de Justiça Vyllya Costa Barra Sereni, a ação faz parte do projeto "Ciência Humanas - Projeto Identidade e Diversidade Social", coordenado pelas professoras Darling Costa e Sandra Rodrigues. Esse programa educacional visa despertar nos jovens a importância da igualdade de gênero e a valorização da diversidade social.



Durante o evento, duas palestras foram ministradas pelo MPPA. A primeira, conduzida pela Promotora de Justiça Viviane Lobato Sobral, abordou a questão da violência de gênero, destacando os diferentes tipos de agressões e suas consequências. Já a segunda palestra, proferida pela Promotora de Justiça Vyllya Sereni, focou na violência doméstica contra a mulher, com ênfase na violência psicológica, um problema grave e muitas vezes invisível. Ambas as palestras buscaram fornecer informações e promover a reflexão sobre a violência que afeta mulheres e adolescentes em nossa sociedade.



Além das palestrantes do MPPA, o evento contou com palestras de Darlah Mariana Farias e Bárbara Caroline Oliveira, representantes da SEIRDH. Elas abordaram a temática da dignidade LGBTQIA+ nas escolas, discutindo a importância de um ambiente escolar seguro, inclusivo e respeitoso para todos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.



Promotoras de Justiça Viviane Lobato e Vyllya Sereni com os alunos da Escola Dom Pedro I



Professoras Darling Costa e Sandra Rodrigues



Evento foi um sucesso e contou com a participação da comunidade escolar

Em 19JUN2023, o Núcleo Mulher participou por meio da Promotora de Justiça e Coordenadora Auxiliar Doutora **HERENA CORRÊA DE MELO** de reunião organizada pela Secretaria de Estado das Mulheres para tratar de pauta, preparada por diversas instituições, para encaminhamento à Ministra da Mulher, **CIDA GONÇALVES**.

- 1) Plano plurianual (PPA) para incremento do orçamento em relação as políticas públicas para enfrentamento à discriminação estrutural em relação as mulheres e questões de gênero.
- 2) Organização da Marcha Contra Misoginia
- 3) Alinhamento das nossas ações em relação a participação das mulheres e as pautas da COP-30, inclusão das mulheres do campo e suas demandas, bem como o quanto são responsáveis pela proteção florestal nas atividades sustentáveis e bioeconomia.

Link: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/nucleo-mulher-do-mppa-reune-com-instituicoes-para-definir-pauta-a-ser-encaminhada-ao-ministerio-da-mulher.htm>

**Núcleo Mulher do MPPA reúne com instituições para definir pauta a ser encaminhada ao Ministério da Mulher**



Nesta segunda-feira, 19, o Núcleo de Proteção à Mulher do Ministério Público do Estado (MPPA) participou, por meio da Promotora de Justiça e Coordenadora Auxiliar do Núcleo Mulher, Herena Corrêa de Melo, de reunião organizada pela Secretaria de Estado das Mulheres para tratar da pauta que está sendo preparada pelas instituições, para encaminhamento à Ministra da Mulher, Cida Gonçalves, que realizará plenária na cidade de Belém nas próximas semanas.

Na ocasião foram tratados os temas: Plano Plurianual (PPA) para incremento do orçamento em relação as políticas públicas para enfrentamento à discriminação estrutural em relação as mulheres e questões de gênero; organização da Marcha Contra Misoginia; e alinhamento das ações em relação a participação das mulheres e as pautas da COP-30, como a inclusão das mulheres do campo e sua fundamental participação na proteção florestal com práticas agroecológicas e manejo florestal comunitário, bem como suas demandas por políticas públicas específicas à realidade rural paraense.

"Organizamos as diversas participações para serem apresentadas à ministra, a fim de dar visibilidade sobre como o Pará é inclusivo com à sociodiversidade", disse a PJ Herena Melo.

Em 20JUN2023, ocorreu **RODA DE CONVERSA** com mulheres indígenas em Paragominas na aldeia Cajueiro do Povo Indígena Tembê, em parceria com a indígena Márcia Kambeba (Geógrafa e doutoranda em Letras pela UFPA), onde foram abordados os seguintes temas:

1) **EXPOSIÇÃO SOBRE O PAPEL DO MPPA NA DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES INDÍGENAS** – Doutoradas Luziana Barata Dantas, Herena Neves Maués Corrêa de Melo e Viviane Lobato Sobral.

Questionamentos: Como a Lei Maria da Penha funciona para as mulheres indígenas dentro das aldeias e nas cidades e o que as indígenas pensam sobre isso; Como pensar formas de

minimizar a violência contra a mulher indígena na cidade; Se há a criação de alguma lei em defesa da mulher indígena.

2) **EXPOSIÇÃO SOBRE MEMÓRIA, IDENTIDADE, HISTÓRIA E LEGADO PELO OLHAR DA MULHER INDÍGENA** – Geógrafa e Doutoranda em Letras pela UFPA Márcia Kambeba.

3) **A TERRITORIALIDADE DA MULHER INDÍGENA NA CIDADE: DIREITOS A VIVER UMA ANCESTRALIDADE E O SAGRADO** – ministrada por Márcia Kambeba.

As palestras temáticas foram desenvolvidas por mulheres indígenas, pesquisadores, pessoas do direito que tratam da questão: “mulher indígena e o direito ao bem-viver na aldeia e cidade” levando em conta os direitos constitucionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que ampara a condição de povos originários (Convenção nº169/1989 da OIT sobre povos indígenas e tribais).

Link: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/nucleo-de-protecao-a-mulher-do-mppa-promove-roda-de-conversa-com-mulheres-indigenas.htm>

**Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA promove roda de conversa com mulheres indígenas**



O Núcleo de Proteção à Mulher do Ministério Público do Estado (Núcleo Mulher) participou, nos dias 19 e 20 de junho, da primeira atividade do projeto “Roda de Conversa com Mulheres Indígenas”, que ocorreu na Aldeia Cajueiro do povo Tembê, localizada no município de Paragominas. O projeto, encampado pelo Núcleo Mulher, foi apresentado pela ativista indígena Márcia Kambeba. A proposta é que aconteça em todo Estado do Pará, escuta nas aldeias com mulheres indígenas e, a partir desse momento, se possa propor alternativas para as demandas apresentadas pelas próprias mulheres.



Participaram da roda de conversa pelo Ministério Público do Estado a Coordenadora do Núcleo de Proteção à Mulher, Luziana Dantas e a Coordenadora Adjunta Viviane Sobral. A comitiva contou também com a autora do projeto, a ativista indígena Márcia Kambeba.

A Promotora de Justiça Luziana Dantas considera o “Roda de Conversa com Mulheres Indígenas” um dos melhores projetos do Ministério Público, em razão do alcance social, uma vez que essas comunidades indígenas visitadas são de difícil acesso.

“Muitas vezes não chega às aldeias o conhecimento de seus direitos, o quanto a lei também pode alcançá-las e resguardá-las. O projeto também é importante por ser um aprendizado para nós, enquanto promotores de justiça e membros do Ministério Público. Temos muito a aprender com a sabedoria que as comunidades tradicionais possuem. É uma troca maravilhosa de experiências e de conhecimentos”, enfatizou Luziana Dantas.



Participaram do encontro, que iniciou às 16h30 e seguiu até às 19h, cinquenta e cinco (55) mulheres Tembé, que levaram as suas crianças. “A participação das crianças é importante e fortalece o entendimento de que tudo que se faz na aldeia tem que ter a presença das crianças pois, mesmo que elas não tenham clareza do que está sendo dito na roda, estão ouvindo e internalizando tudo em seu ser pessoa”, frisa Márcia Kambeba.

A roda de conversa iniciou com a apresentação de Márcia Kambeba sobre os objetivos do projeto, que pretende reunir e escutar as mulheres de aldeias indígenas do Pará.



Em seguida as Promotoras de Justiça Luziana Dantas e Viviane Sobral falaram sobre os direitos da mulher, a Lei Maria da Penha, as várias formas de violências vividas pelas mulheres não indígenas e que podem ser identificadas na aldeia ou não. Orientaram também em como proceder para entrar em contato com o Ministério Público e pedir ajuda, bem como explicaram as atribuições da instituição na ajuda às mulheres e se colocaram à disposição das indígenas da aldeia Cajueiro.

Em 23JUN2023, ocorreu **ESCUTA SOCIAL** destinada aos movimentos sociais de mulheres.

**Link:** <https://www2.mppa.mp.br/noticias/nucleo-de-protecao-a-mulher-promove-escuta-social-com-movimentos-sociais-de-mulheres.htm>

Em 26 e 27JUN2023, ocorreu **TREINAMENTO** da Rede integrada para execução do Projeto de multi-acolhimento social do Núcleo Mulher/MPPA em parceria com a Secretaria de Estado das Mulheres, com a seguinte programação:

No dia 26, houveram palestras para as turmas da manhã e tarde com os temas: **Atribuições do Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA e Projeto de Multi-Acolhimento Social** ministrada pela Promotora de Justiça Doutora **LUZIANA BARATA DANTAS** Coordenadora do Núcleo de Proteção à Mulher

e da Senhora Secretária de Estado **ANA PAULA SILVA GOMES DE FREITAS** da Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU)

Palestra da Promotora de Justiça Doutora **HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO**, Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Proteção à Mulher, com o tema: Inovações da Lei Maria da Penha e palestra da Promotora de Justiça Doutora **VYLLYA COSTA BARRA SERENI** sobre: Integração da Rede de Proteção.

No dia 27, a equipe da Secretaria de Estado das Mulheres ministrou cursos práticos para os inscritos.

**Link:**

<https://www2.mppa.mp.br/noticias/nucleo-de-protecao-a-mulher-e-secretaria-estadual-da-mulher-promovem-treinamento-para-aprimorar-a-execucao-do-projeto-de-multi-acolhimento-social.htm>

**Núcleo de Proteção à Mulher e Secretaria Estadual da Mulher promovem treinamento para aprimorar a execução do Projeto de Multiacolhimento Social**



O Núcleo de Proteção à Mulher (Núcleo Mulher) do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e a Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU), promoveram palestras e reuniões de trabalho a fim de aprimorar o atendimento fornecido pela Rede de Proteção à Mulher, nos dias 26 e 27 de junho de 2023 no auditório do Parapaz Mulher, em Belém.

O evento contou com a participação de delegadas de polícias, assistentes sociais, além de múltiplos profissionais da Segurança Pública, Saúde, Educação e integrantes do Poder Judiciário e Defensoria Pública.



As palestras do dia 26 foram proferidas pelas Promotoras de Justiça Herena Melo e Vyllya Sereni. A palestra da Promotora de Justiça Herena Melo contemplou as atualizações da Lei Maria da Penha, sobre as medidas protetivas, as quais, a partir da nova lei de abril de 2023, estão desvinculadas de tipos penais ou processos judiciais para que sejam deferidas pela autoridade judicial, o que facilita o acesso às mesmas pela mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Outro ponto foi a interpretação autêntica conferida pela novel legislação sobre a aplicação da lei Maria da Penha, a qual deve ser empregada em todas as hipóteses previstas do Art. 5º da Lei 11.340/2006, independentemente da condição da ofendida e dos ofensores, levando em consideração o machismo estrutural e a necessidade da proteção às mulheres de forma conglobante.



A PJ Vyllya abordou os termos do ACT firmado entre o MPPA e inúmeras instituições que oferecem serviços de saúde, relaxamento e acolhimentos à mulher vítima de violência doméstica ou de relacionamentos íntimo-afetivos. No dia 27, às temáticas abordadas foram o acolhimento humanizado; a escuta qualificada e o encaminhamento assertivo para evitar a revitimização da vítima de violência doméstica, todas proferidas pela Luciane Costa Ferreira, Coordenadora de Políticas e Direitos da Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU).

Em 27 e 28JUN2023, ocorreu o lançamento da **CAMPANHA DE VERÃO DE 2023**, no município de Salinópolis com o tema: Verão, Férias e Informação no combate à violência e importunação sexual. Convite feito pela Secretária de Estado das Mulheres com o objetivo de orientar e conscientizar através de capacitação os empresários e funcionários de bares, quiosque, restaurantes, hotéis, banes e casas noturnas, sobre o combate a violência e importunação sexual contra a mulher, capacitando agentes multiplicadores aptos a identificar, combater e orientar em casos de violência contra a mulher, onde a Promotora de Justiça de Salinópolis Doutora **FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ**, representou o Núcleo de Proteção à Mulher.

## **MÊS DE JULHO**

No dia 31JUL2023, Seminário Técnico-Científico sobre TRÁFICO DE PESSOAS: É PRECISO RECONHECER PARA ENFRENTAR, em Belém

### **PROGRAMAÇÃO DO EVENTO**

**08h00min-09h00min:** Check in dos participantes e café de boas vindas;

**9h00min-09h30min:** Mesa de Abertura: Luziana Barata Dantas – Promotora de Justiça – Coordenadora do Núcleo Mulher; Silvia Silva da Silva – Procuradora do Trabalho; Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante – Presidente do Instituto de Direitos Humanos Dom José Luís Azcona; e, Representante do Fórum Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

**09h30min-10h00min:** Reconhecendo o Tráfico de Pessoas - Palestrante: Promotora de Justiça, responsável pelas atividades sobre o tráfico de pessoas Herena Neves Maués Corrêa de Melo

**10h00min-10h15min:** perguntas e interação entre os participantes

**10h30min-11h00min:** Mulheres em movimento na luta contra o tráfico de pessoas - Palestrante: Senhora Josenilda Souza – Mulher Migrante, Agente de Pesquisa do Projeto Mulheres em Movimento

**11h00min-11h30min:** A atuação da sociedade civil no enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Palestrante: Ana Paula Portilho – Assistente Social, Coordenadora do Projeto Mulheres em Movimento da Sódireitos.

**11h30min-11h45min:** perguntas e interação entre os participantes

**11h45min-12h15min:** Organizações Internacionais e Tráfico de Pessoas  
Palestrante: José Francisco do Santos Batista – ONU Migrações (OIM)

**Link:** Tráfico de pessoas

[https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?](https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?lumParams=kojixa3G4Crx5j5BqR37AEQ8Hbp_4UQMNm9YloqSf0IGN47MkRhpc11UQ9MS2onlaMscOz8ZSCG4msumKNG8U9PdwFCCzmGqk13007x0V8Ci4UaTLvh8WST0Xt68b5qj3cYj7ASAmI4VAT-dasSTy1qDvt5lu4cLEtYKmke7OVXxF1AMZo-geRSCAaVgr5HVf6JzKx00FmXaYgyYyJ1uZbljJmFjJR1UMpT-c-TkrU)

[lumParams=kojixa3G4Crx5j5BqR37AEQ8Hbp\\_4UQMNm9YloqSf0IGN47MkRhpc11UQ9MS2onlaMscOz8ZSCG4msumKNG8U9PdwFCCzmGqk13007x0V8Ci4UaTLvh8WST0Xt68b5qj3cYj7ASAmI4VAT-dasSTy1qDvt5lu4cLEtYKmke7OVXxF1AMZo-geRSCAaVgr5HVf6JzKx00FmXaYgyYyJ1uZbljJmFjJR1UMpT-c-TkrU](https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?lumParams=kojixa3G4Crx5j5BqR37AEQ8Hbp_4UQMNm9YloqSf0IGN47MkRhpc11UQ9MS2onlaMscOz8ZSCG4msumKNG8U9PdwFCCzmGqk13007x0V8Ci4UaTLvh8WST0Xt68b5qj3cYj7ASAmI4VAT-dasSTy1qDvt5lu4cLEtYKmke7OVXxF1AMZo-geRSCAaVgr5HVf6JzKx00FmXaYgyYyJ1uZbljJmFjJR1UMpT-c-TkrU)

**MPPA promove seminário sobre o tema “Tráfico de Pessoas, é preciso reconhecer para enfrentar”**



O Núcleo de Proteção à Mulher do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da promotora de justiça Herena Corrêa de Melo, coordenadora auxiliar, promoveu no dia 31 de julho

de 2023 o seminário técnico “Tráfico de Pessoas, é preciso reconhecer para enfrentar” em alusão ao dia mundial de enfrentamento ao tráfico de pessoas, que ocorre todos anos no dia 30 de julho.

O evento faz parte de uma série de atividades que integram o acordo de cooperação firmado entre o MPPA e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para enfrentar o tráfico de pessoas não apenas em âmbito internacional, mas as rotas de tráfico internos, especialmente sendo a Amazônia e o Pará, destinatários do tráfico interno de pessoas vindas do nordeste do país para fins de escravidão contemporânea e, ao mesmo tempo, também tem seus filhos e filhas paraenses traficados, especialmente para fins de exploração sexual.



Um dos objetivos do seminário é alertar sobre a necessidade de reconhecer os meandros desta prática delituosa, que no mundo todo movimentada aproximadamente 32 bilhões de dólares, mas que se torna um crime silencioso devido as organizações criminosas serem essencialmente especializadas.

A coordenadora auxiliar do Núcleo de Proteção à Mulher, Herena Melo, pontuou que o tráfico de pessoas, também conhecido como tráfico humano, é um dos crimes que mais movimentada dinheiro, mais lucrativo. “Esse crime está sempre está ligado a uma finalidade econômica e, por conseguinte, uma finalidade de exploração de pessoas. Então, no Brasil, o tráfico humano está previsto como crime no artigo 149 do Código Penal e existem várias modalidades, que podem ser caracterizadas como tráfico humano”.



E complementa a PJ Herena Melo: “nossa proposta desse primeiro evento é justamente reconhecer para enfrentar. Vamos reconhecer onde está previsto o tráfico de pessoas, porque ele pode ser visto como um crime meio, para um crime final, que é o trabalho escravo contemporâneo, a servidão, a exploração por dívidas, entre outros. Em resumo, se você reconhece o tráfico de pessoas e, por exemplo, corta a cadeia nesse momento, você evita os outros crimes”.

A mesa de abertura do seminário contou com as falas da Presidente do Instituto Dom Azcona de Direitos Humanos, Irmã Marie Henriqueta, reconhecida personalidade paraense no combate a crimes desta natureza; da Coordenadora do Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA, Luziana Barata Dantas; da Procuradora do Trabalho Sílvia da Silva; e também da pedagoga comunitária da Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF), Leila Silva.



A promotora de justiça Luziana Dantas explicou que o tráfico de pessoas tem como alvo um público mais específico, sendo em sua maioria mulheres de grupos mais vulneráveis.

“Nós pensamos nesse projeto em razão de que o tráfico de pessoas, a maior parte, tem como vítima mulheres. Dentre essas mulheres, os grupos mais vulneráveis, ou seja, mulheres negras e mulheres negras periféricas, mulheres negras com uma condição insuficiente financeira. Para que a gente possa trabalhar, conhecer como funciona, para que possamos dar para os nossos promotores, os nossos servidores, uma exata noção do que é o tráfico de pessoas, que é preciso conhecer para poder combater. E as políticas públicas são necessárias para que esse combate seja efetivo”, disse Luziana.

Segundo a Procuradora do Trabalho Sílvia da Silva, é imprescindível a capacitação nos municípios a fim de conscientizar a população e os servidores públicos locais sobre a necessidade de enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo.

“Nessa capacitação, o intuito é justamente fazer com que esses servidores saibam o conceito do que é o trabalho escravo contemporâneo, de como se dá essa rede do tráfico de pessoas, para que esses servidores também possam receber essas pessoas, essas denúncias, saber tratar essas denúncias, encaminhar os órgãos competentes e também atuar em parceria com o ministério público nas fiscalizações que fazemos, principalmente uma atenção no pós-resgate, para que eles possam inserir essas pessoas numa rede de assistência social e também fazendo os encaminhamentos para o trabalho digno”.



A Presidente do Instituto Dom Azcona de Direitos Humanos, Irmã Henriqueta, ressaltou o comprometimento das instituições que atuam nessa área. "Todos nós estamos comprometidos no enfrentamento desse crime, chamado pelo Papa Francisco de 'praga social'. Sabemos que o Brasil inteiro, esse mês de julho, realizou muitas atividades e percebo que todos os anos as atividades têm aumentado e com isso nós vamos ganhando visibilidade. Não basta só enfrentar o crime, se não enfrentarmos a pobreza e a desigualdade socioeconômica, que são as causas principais que levam tantas pessoas a serem iludidas por uma viagem que às vezes nem retorno existe".

Leila Silva, da PADF destacou a parceria com o Ministério Público do Estado, Ministério Público do Trabalho (MPT) e outras entidades justamente para, nos interiores, levar a informação por meio das capacitações da rede e até as comunidades para quebrar esse ciclo. "Distribuímos o material e realizamos atividades, tudo em conjunto, em parceria com os Ministérios Públicos, outros parceiros, organizações da sociedade civil e, principalmente, o próprio município onde é realizado o trabalho".



O seminário foi dividido em três partes, primeiramente o reconhecimento da prática através dos marcos legais do Protocolo de Palermo (2003) e Art. 149-A do Código Penal Brasileiro, onde foi exposto que a finalidade do tráfico de pessoas sempre está atrelada ao lucro financeiro, malferindo a dignidade humana em seus aspectos cruciais, tal como no tráfico para remoção de órgãos e tecidos, exploração sexual e trabalho análogo à escravidão. A primeira palestra foi proferida pela coordenadora auxiliar do Núcleo de Proteção à Mulher, Herena Melo e, posteriormente, procuradora do trabalho Silvia Silva da Silva, palestrou sobre a escravidão contemporânea decorrente do tráfico de pessoas.

A segunda Parte do seminário contou com as palestrantes Josenilda Souza e Ana Paula Portilho, que contaram experiências pessoais tocantes, como mulher migrante traficada e assistente social que apoia as vítimas.



A terceira e última parte do seminário contou com as palestras da ONU Migrações (OIM) sobre atuação desta agência na questão do tráfico de migrantes em situação de vulnerabilidade, proferida por José Francisco Batista e José Amaral, psicólogo da Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF), que falou sobre o acolhimento das pessoas vitimadas e resgatadas do tráfico de pessoas.

Ao final do evento foi deliberado sobre a necessidade de articulação com a Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos para que as ações governamentais sigam tratamento correlato ao trabalho escravo contemporâneo, considerando que o tráfico de pessoas é o crime meio e mais amplo relacionado aos demais.

## **MÊS DE AGOSTO**

Em **4AGO2023**, o Núcleo Mulher, a convite da Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU), participou de **RODA DE DIÁLOGOS**, com o tema: **“MULHERES DA AMAZÔNIA: PROTAGONISTAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS”** considerando a “Cúpula da Amazônia” que ocorrerá no período de 7 a 9AGO2023 em Belém do Pará.

No período de **7 a 9AGO2023** o Núcleo de Proteção à Mulher (Núcleo Mulher) realizou **AÇÃO INTEGRADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS** em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF); Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH); Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ); Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC); Núcleo Agrário e Fundiário (NAF), cujo público alvo são as seguintes redes: Rede de Proteção à Criança e adolescente; Rede de Proteção à Mulher; Rede de Proteção aos Indígenas; Rede de Proteção à Mulher Indígena e Rede de Proteção aos quilombolas, além de Promotores de Justiça, Servidores públicos do MPPA, estagiários e Servidores municipais de Soure, **que ocorrerá no município**

**de Soure com Escuta Social e Ciclo de diálogos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), na Região Administrativa MARAJÓ I – Pólo Soure**, em atendimento à Recomendação nº 89 do CNMP, de 27 de janeiro de 2022 para fins de aprimoramento e capacitação permanente de Membros, Servidores e integrantes da Rede de Proteção à Mulher, no auditório Carlos Augusto Nunes Gouvêa com capacidade para 240 pessoas, pertencente a Escola de Ensino Municipal de Educação Infantil e Fundamental Santana do Tucumanduba, situado à Rodovia Soure Pesqueiro Km 2, no período de 7 a 9/8/2023

#### **PROGRAMAÇÃO**

##### **DIA 7 DE AGOSTO DE 2023**

**8h30min-9h00min:** Credenciamento

**9h00min-10h00min:** Abertura/Pronunciamento das autoridades da Administração Superior que estiverem presentes; Coordenadoras Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA; do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e do Centro de Apoio da Infância e Juventude, e das Coordenadoras dos demais Núcleos vinculados ao CODH que participarão da ação.

**10h00min-12h00min:** 1º Painel: RODA DE CONVERSA COM AS MULHERES SOBRE RACISMO ESTRUTURAL E AMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS - PJ Lilian Regina Furtado Braga (NIERAC) e Coordenadora de gênero e diversidade da MALUNGU CARLENE PRINTES (precisa garantir passagem, alimentação e hospedagem da Carlene), com intervalo para COFFEE BREAK (a partir das 10h30min)

**12h00min-14h00min:** Intervalo para almoço

**14h00min-17h00min:**

2º Painel: PROJETO AFROTECA E COMBATE AO RACISMO NA PRIMEIRA INFÂNCIA – Professor LUIZ FERNANDO DE FRANÇA da UFOPA (precisa garantir passagem, alimentação e hospedagem do Professor Luiz) e PJ Lilian Regina Furtado Braga (NIERAC), com intervalo para COFFEE BREAK (a partir das 15h30min)

**17h00min-18h00min:** Horário previsto para o encerramento

##### **DIA 8 DE AGOSTO DE 2023**

**9h00min-9h30min:**

1º Painel: A MULHER E A AGRICULTURA FAMILIAR O AGRONEGÓCIO E O DANO À VIDA DAS MULHERES - Maria Ivete Bastos dos Santos

**9h30min-10h00min** Horário reservado para interação com os palestrantes

**10h00min -10h30min:** 2º Painel: A MULHER INDÍGENA - Auricelia Arapiuns

**10h30min-11h00min** Horário reservado para interação com os palestrantes e COFFEE BREAK (a partir das 10h30min)

**11h00min-11h30min:** 3º Painel: A MULHER QUILOMBOLA: DANDARAS DA AMAZÔNIA - Ana Cleide da Cruz Vasconcelos

**11h30min-12h00min** Horário reservado para interação com os palestrante

**12h00min-14h00min:** Intervalo para almoço

**14h00min-15h00min:**

4º Painel: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA REDE DE PROTEÇÃO - PJ Priscila Tereza de Araújo Costa Santos.

**15h00min-16h00min:**

5º Painel: LEI 13.431/2017 – ESCUTA SOCIAL E INTEGRAÇÃO NO ATENDIMENTO ÀS para COFFEE BREAK (CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMA E TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA - PJ Mônica Freire, com intervalo a partir das 15h30min)

**16h00min-17h00min:**

6º Painel: REDE: A ESCOLA TAMBÉM É REDE - Diana Barbosa Gomes Braga.

**17h00min-18h00min:** Horário previsto para o encerramento

##### **DIA 9 DE AGOSTO DE 2023**

**Painéis do CAODH**

**9h00min-10h00min:**

1º Painel: O DIREITO DE EXISTIR DA PESSOA LGBTQUIA+: COMO A LUTA COLETIVA GARANTE A SOBREVIVÊNCIA DO INDIVIDUAL - Amyntor Gastão Pinto Virgolino Basto.

**10h00min-11h00min:** 2º Painel: RAÇA E DIVERSIDADE ou MULHERES NEGRAS LBTs – Bárbara Caroline e Darlah Farias

**11h00min-11h30min:** COFFEE BREAK

**11h30min-12h00min:** 3º Painel: DIVULGAÇÃO DA CARTILHA ÉTICA E DIREITOS HUMANOS DO CAODH/ MPPA\_

**12h00min-14h00min:** Intervalo para almoço

**14h00min-15h30min:** ESCUTA SOCIAL dos diversos representantes de organizações sociais sobre os temas: - Violência de gênero; - Direitos das Crianças e Adolescentes; - Racismo estrutural e ambiental; - Violências contra os territórios indígenas, quilombolas e tradicionais;

**15h30min-16h00min:** COFFEE BREAK

**16h00min-17h30min:** ESCUTA SOCIAL dos diversos representantes de organizações sociais sobre os temas: Direitos das Populações Tradicionais; Racismo; Questões Agrárias e Fundiárias; outros direitos humanos (LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, outros)

**17h30min-18h00min:** Horário previsto para o encerramento

**Link:** [https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?lumParams=8h-3JGo3MLxbe5Fs9KrdgLezmIN5PD4FeAHhiNdf8PX4WpQxqeAb8ESsAUNHlboZHfn4\\_t4Ujo-V\\_KqiDr4dXlWFvwrEt4Vh9NrSNjkGFmtUmTj383QrriMhkn\\_KusNpChsxb7dev1q-YX6z9QLZZP6yHTmp9yOQDJX7FA-pun-pE1aPK1rb-UIK2JLFEE1fibENU1WDUIGL\\_3cZOuaVi2wnlv\\_-jxh3jS4G\\_FI0](https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?lumParams=8h-3JGo3MLxbe5Fs9KrdgLezmIN5PD4FeAHhiNdf8PX4WpQxqeAb8ESsAUNHlboZHfn4_t4Ujo-V_KqiDr4dXlWFvwrEt4Vh9NrSNjkGFmtUmTj383QrriMhkn_KusNpChsxb7dev1q-YX6z9QLZZP6yHTmp9yOQDJX7FA-pun-pE1aPK1rb-UIK2JLFEE1fibENU1WDUIGL_3cZOuaVi2wnlv_-jxh3jS4G_FI0)

**MPPA promove ação integrada em defesa dos direitos humanos na Ilha do Marajó**

**Ação Integrada do Ministério Público do Estado do Pará em Defesa dos Direitos Humanos**

**7, 8 e 9 de agosto de 2023, das 8h às 18h**

**Escola Santana de Tucumanduba - Soure  
Auditório Carlos Augusto Nunes Gouvêa**

**Inscrições até 06/08**  
<https://ceaf.mppa.mp.br/app/login>

Evento voltado para movimentos sociais, integrantes das redes de proteção, membros, servidores, estagiários e sociedade em geral

CAO dos Direitos Humanos  
Núcleo Mulher  
Núcleo Agrário  
CAO da Infância e Juventude  
CAO de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Sonegação Fiscal  
Rede de Proteção à Criança e Adolescente. Rede de Proteção à Mulher  
Rede de Proteção aos Indígenas. Rede de Proteção à Mulher Indígena  
Rede de Proteção aos Quilombolas

**NIERAC**  
Núcleo de Integração e Resposta Rápida

**MPPA**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Ceaf**  
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Nos dias 7,8 e 9 de agosto, das 8h às 18 horas, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) realiza a ação integrada de diversos setores do órgão com programação voltada à defesa dos direitos humanos, em diferentes vertentes, na Escola Municipal Santana do Tucumanduba, em Soure, na Ilha do Marajó.

O público-alvo são integrantes dos movimentos sociais, das Redes de Proteção, membros e servidores do Sistema de Justiça e do serviço público, além da sociedade em geral. Para a inscrição e certificado, basta acessar o [site do Ceaf](#) até o dia 6 de agosto. É possível também fazer a inscrição no local do evento.

O encontro busca realizar uma escuta qualificada com os movimentos sociais na região do Marajó, aproximar a sociedade do Ministério Público, identificar as principais demandas relacionadas aos direitos humanos, com o intuito de traçar políticas institucionais.

Nesse sentido, as temáticas da programação perpassam assuntos como direitos das mulheres, das comunidades indígenas e quilombolas, das crianças e adolescentes, das pessoas com deficiência e das pessoas LGBTQIA+, além de questões fundiárias.

O evento é promovido pelo MPPA, por meio do Núcleo de Proteção à Mulher, Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAODH), Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude (CAOIJ), Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC) e Núcleo Agrário e Fundiário (NAF).

Confira o resumo da programação abaixo e para mais detalhes, [acesse este link](#):

#### **7 de agosto:**

Após a abertura e pronunciamentos dos membros do MPPA, ocorre dois painéis: o primeiro, pela manhã, trata-se de uma roda de conversa com mulheres quilombolas sobre racismo estrutural e ambiental; já no segundo momento, a tarde, acontece a apresentação do Projeto Afroteca e o combate ao racismo na Primeira Infância.

#### **8 de agosto:**

No segundo dia do evento, serão desenvolvidos 6 painéis, com os temas: 1) “A mulher e a agricultura familiar: o agronegócio e o dano à vida das mulheres”; 2) “A mulher indígena”; 3) “A mulher quilombola: dandaras da Amazônia”; 4) “O papel do ministério público na rede de proteção”; 5) “Lei 13.431/2017 – escuta social e integração no atendimento às crianças e adolescentes vítima e testemunha de violência”; 6) “Rede: a escola também é rede”

#### **9 de agosto:**

E para encerrar a programação serão realizados três últimos painéis intitulados: 1) “O direito de existir da pessoa lgbtquia+: como a luta coletiva garante a sobrevivência do indivíduo”; 2) “raça e diversidade”; 3) “Divulgação da cartilha: Ética e Direitos Humanos do CAODH/ MPPA”. Por fim, pela parte da tarde, ocorre escuta social com representantes de diversos movimentos sociais.

**Link:** <https://www.oliberal.com/para/direitos-humanos-mppa-promove-acao-integrada-de-direitos-humanos-no-marajo-1.712941>

### **Direitos Humanos: MPPA promove ação integrada de direitos humanos no Marajó**

De segunda-feira (7) até a quarta-feira (9), profissionais do Ministério Público atenderão comunidades no arquipélago



**Comunidades do Arquipélago do Marajó recebem ações do MPPA de garantia dos direitos humanos (Foto: Sidney Oliveira / O Liberal)**

Considerada uma das principais regiões turísticas do Pará, mas com sérios problemas estruturais que ainda afetam os 17 municípios que a formam, a Ilha do Marajó recebe, a partir desta segunda-feira (7), uma frente de ações integrada organizada pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), com foco na defesa dos direitos humanos e em atendimento à demandas reprimidas da população do arquipélago. A programação mobilizará diferentes setores do órgão e se estenderá até o dia 9, na Escola Municipal Santana do Tucumanduba, em Soure.

No alvo da ação estão integrantes de movimentos sociais e das redes de proteção, servidores públicos e do Sistema Judiciário, além da sociedade em geral. Para a inscrição e certificado, basta acessar o site do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf/MPPA) até o dia 6 de agosto. Também será possível fazer a inscrição no local do evento.

**Escuta qualificada**

A ação integrada tem como estratégia fazer uma escuta qualificada junto aos movimentos sociais na região do Marajó, de maneira a aproximar a sociedade do Ministério Público e identificar as principais demandas relacionadas aos direitos humanos, com o intuito de traçar políticas institucionais

Nesse sentido, as temáticas da programação destacam assuntos como direitos das mulheres, das comunidades indígenas e quilombolas, das crianças e adolescentes, das pessoas com deficiência e das pessoas LGBTQIA+, além de questões fundiárias.

O evento é promovido por meio do Núcleo de Proteção à Mulher, Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAODH), Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude (CAOIJ), Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC) e Núcleo Agrário e Fundiário (NAF) do Ministério Público do Pará.

Confira a programação do MPPA no Marajó:

7 de agosto

Após a abertura e pronunciamento dos membros do MPPA, ocorrem dois painéis: o primeiro, pela manhã, é uma roda de conversa com mulheres quilombolas sobre racismo estrutural e ambiental; já no segundo momento, à tarde, acontece a apresentação do Projeto Afroteca e o painel de combate ao racismo na Primeira Infância.

8 de agosto

No segundo dia do evento serão desenvolvidos 6 painéis, com os temas: 1) “A mulher e a agricultura familiar: o agronegócio e o dano à vida das mulheres”; 2) “A mulher indígena”; 3) “A mulher quilombola: dandaras da Amazônia”; 4) “O papel do ministério público na rede de proteção”; 5) “Lei 13.431/2017 – escuta social e integração no atendimento às crianças e adolescentes vítima e testemunha de violência”; 6) “Rede: a escola também é rede”

9 de agosto

No último dia da programação, serão realizados três painéis: 1) “O direito de existir da pessoa LGBTQIA+: como a luta coletiva garante a sobrevivência do indivíduo”; 2) “Raça e diversidade”; 3) “Divulgação da cartilha: Ética e Direitos Humanos do CAODH/ MPPA”. À tarde, ocorre a escuta social com representantes de movimentos sociais.

Nos dias 7 e 8AGO2023 o Núcleo de Proteção à Mulher (Núcleo Mulher) participou da “XVII Jornada da Lei Maria da Penha”, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), em Fortaleza/CE.

### **MÊS DE SETEMBRO**

Em 25SET2023 às 9h,

[https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?](https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?lumParams=NJTD7xdd4a_tGRXiZh5PZ0cJ_vL_HDrIZHdZyZsTDVgwHX4IFLxuENKlcK6xHaj1qTZdM1FICQ2bzjkenVT035KHG3Q9oRJaukY4HqMqwESwqJ-oE4JCJUcARDpX8HI20yIt-zHEjDBco_eP36Sg8AyJdyNzKu9A8x3cXL8UjbBTI8_rJIMSyqDxkCtb6Sar0j6vuXFfVgXCYuiRoSV5ny6gte_AIAIa2IS3IXeyU)

[lumParams=NJTD7xdd4a\\_tGRXiZh5PZ0cJ\\_vL\\_HDrIZHdZyZsTDVgwHX4IFLxuENKlcK6xHaj1qTZdM1FICQ2bzjkenVT035KHG3Q9oRJaukY4HqMqwESwqJ-oE4JCJUcARDpX8HI20yIt-zHEjDBco\\_eP36Sg8AyJdyNzKu9A8x3cXL8UjbBTI8\\_rJIMSyqDxkCtb6Sar0j6vuXFfVgXCYuiRoSV5ny6gte\\_AIAIa2IS3IXeyU](https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?lumParams=NJTD7xdd4a_tGRXiZh5PZ0cJ_vL_HDrIZHdZyZsTDVgwHX4IFLxuENKlcK6xHaj1qTZdM1FICQ2bzjkenVT035KHG3Q9oRJaukY4HqMqwESwqJ-oE4JCJUcARDpX8HI20yIt-zHEjDBco_eP36Sg8AyJdyNzKu9A8x3cXL8UjbBTI8_rJIMSyqDxkCtb6Sar0j6vuXFfVgXCYuiRoSV5ny6gte_AIAIa2IS3IXeyU)

**Núcleo de Proteção à Mulher e Imã Henriqueta unem forças contra a violência na região do Marajó**



Nesta segunda-feira, 25 de setembro, as Promotoras de Justiça, Luziana Barata Dantas, coordenadora do Núcleo de Proteção à Mulher, e Viviane Lobato Sobral, coordenadora-adjunta, representando o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), reuniram-se com a Irmã Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante, conhecida por sua atuação contra a violência sexual contra a crianças e adolescentes na região do Marajó. A Irmã Henriqueta é uma referência nessa causa e seu trabalho incansável já foi reconhecido com diversos prêmios.

Também estiveram presentes na reunião o Secretário Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Boa Vista, Thiago Bernandy dos Santos Moraes, e a Coordenadora do Fórum de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Ananindeua, Cléa Dias Gomes.

O encontro teve como pauta principal a discussão e planejamento de uma importante ação que será realizada no Marajó Ocidental, visando o combate e prevenção da violência na região

Em 25SET2023 às 10h,

**Link:** [https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?lumParams=2S1DvBu\\_1wo6jUE9yXvU2npx2NzutP-Q5peCUHg05g-KyyD8LURc0g8bZvOq8MLm38-L7pjuqtLiJNiWOrQ4rjEtXwPTEmlgbopQPQVJ9huFo\\_qZVjfqBhuQXIXhAF9rtIH-QPz5o5Sg-SSoNd1NxZEALBeMMNbUGDJWJQrIEsSghBVUH9KB-wA8O99D6fKMF4bHvmczpPR4qstKjdp2SlrMDzUj5IX7ug5w9qhPHQ](https://www2.mppa.mp.br/hyperlink.jsp?lumParams=2S1DvBu_1wo6jUE9yXvU2npx2NzutP-Q5peCUHg05g-KyyD8LURc0g8bZvOq8MLm38-L7pjuqtLiJNiWOrQ4rjEtXwPTEmlgbopQPQVJ9huFo_qZVjfqBhuQXIXhAF9rtIH-QPz5o5Sg-SSoNd1NxZEALBeMMNbUGDJWJQrIEsSghBVUH9KB-wA8O99D6fKMF4bHvmczpPR4qstKjdp2SlrMDzUj5IX7ug5w9qhPHQ)

**MPPA e UNAMA se unem no Programa "Ser Mulher" para capacitar vítimas de violência doméstica**



Nesta segunda-feira (25), representantes do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e da Universidade da Amazônia (UNAMA) se reuniram para discutir e apresentar detalhes do Programa "Ser Mulher", uma iniciativa que visa empoderar mulheres vítimas de violência doméstica através da educação.

O encontro contou com a presença da Promotora de Justiça Luziana Barata Dantas, coordenadora do Núcleo Proteção à Mulher, da Promotora de Justiça Viviane Lobato Sobral, coordenadora-adjunta, e dos Promotores de Justiça Franklin Lobato Prado, Darlene Rodrigues e Sandro Garcia. Além deles, estiveram presentes o Pró-reitor da UNAMA, Éden Fernando Batista, e Maria Clarice Leonel, representante da universidade, bem como um representante da Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU).

O programa "Ser Mulher" oferecerá 10 bolsas integrais de cursos de graduação, que serão indicadas pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Essa ação é parte da iniciativa do grupo Ser Educacional, mantenedor das marcas UNINASSAU, UNINORTE e UNAMA, que disponibilizará bolsas de graduação digital 100% gratuitas. A parceria conta ainda com o Instituto Maria da Penha e o Grupo Mulheres do Brasil, e beneficiará também os estados de Pernambuco, Maranhão, Amazonas, Bahia e Acre.

Além das bolsas, o programa oferecerá suporte emocional, apoio psicológico e assistência jurídica para as beneficiárias, que poderão tirar dúvidas e receber auxílio ao longo de todo o processo de formação. Esses serviços serão realizados nas Clínicas-Escola de Psicologia e no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) das unidades da UNAMA. As mulheres serão encaminhadas para participar do projeto pelas instituições parceiras, que já oferecem atendimento a essas vítimas.

O "Ser Mulher" engloba projetos como o "Grupo de Estudos (re)começar" e o "Seminário violência contra mulheres e exploração sexual de crianças e adolescentes", além de cursos sobre violência de gênero. Essas iniciativas têm como objetivo principal empoderar mulheres vítimas de violência doméstica por meio da educação, promovendo debates, estudos sobre as causas e estimulando o pensamento crítico sobre as violências de gênero e doméstica. Ademais, também busca abordar a exploração sexual de crianças e adolescentes. O programa prevê ainda a realização de palestras, fóruns, seminários e a produção de material científico para publicação.

## **MÊS DE OUTUBRO**

Link: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-promove-curso-sobre-importancia-de-grupos-reflexivos-para-homens-autores-de-violencia-contr-a-mulher.htm>

**MPPA promove curso sobre importância de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher**



Nesta quarta-feira, 25, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio do Núcleo de Proteção à Mulher e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou um curso sobre grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, no auditório Fabrício Ramos Couto, do CEAF. O evento foi transmitido pelo [canal do CEAF no youtube](#).

Estiveram presentes na mesa de abertura a Subprocuradora-geral para a área Técnico-Administrativa, Ubiragilda Pimentel, representando o Procurador-geral de Justiça César Mattar Jr.; os Promotores e Promotoras de Justiça Thimotie Aragon Heemann (MPPR), Fábila Mussi (PJ Icoaraci), José Edvaldo Sales (CEAF) e Viviane Lobato (Núcleo Mulher).



O evento teve como objetivo capacitar membros e integrantes da Rede de Proteção à Mulher, assim como atender a Recomendação nº93/2022 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que recomenda aos órgãos do Ministério Público brasileiro com atuação no enfrentamento à violência contra as mulheres a implementação de projetos de recuperação e reeducação do agressor e outras providências. As discussões trazidas também tem o intuito de formar grupos reflexivos no Pará.

Ao abrir o evento a Subprocuradora-geral Ubiragilda Pimentel ponderou que no contexto de combate à violência contra a mulher, “além de trabalharmos na proteção, no apoio e no acolhimento a essa mulher, nós também não devemos pensar que o autor da violência deva sofrer somente as sanções penais, é preciso tratar esse homem, porque é uma violência incontida”, explica ao citar o paradigma sociocultural que contribui para atos cruéis.



O curso foi conduzido pelo Promotor de Justiça do Paraná Thimotie Heemann, com atuação na área de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Dentre os temas, foi discutido o perfil dos homens autores de violência, a importância dos grupos reflexivos bem como a previsão legislativa.



O Promotor de Justiça explica que os grupos reflexivos são uma política pública que está se expandindo no Brasil e trata-se de uma revolução no combate à violência contra a mulher. “É necessário se trabalhar a conscientização com os homens autores de violência doméstica, para que eles desconstruam esse comportamento anteriormente internalizado por eles desde a infância, por questões culturais e sociais as quais fomentam a violência contra a mulher. Assim, é preciso que eles frequentem as reuniões e passem a não praticar mais esses atos de violência.”, analisa o PJ Thimotie Heemann.

A Promotora de Justiça Viviane Lobato, coordenadora adjunta do Núcleo de Proteção à Mulher, pontua que os conhecimentos e experiências trazidas pelo palestrante podem contribuir para aprimorar a atuação no âmbito do Estado do Pará. “Nós temos que promover a capacitação de membros do Ministério Público e da rede de proteção para que tenham uma compreensão exata da dimensão da violência praticada contra a mulher. Nosso objetivo hoje com essa capacitação é formar grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica no nosso estado”, esclarece a PJ Viviane Lobato.



Por sua vez, a Promotora de Justiça Fábيا Mussi que atua no distrito de Icoaraci, em Belém, afirma que existe a ideia de implantar grupos reflexivos na região. A PJ indica que o trabalho dos grupos visa quebrar o ciclo de violência, por meio da atuação de equipe multidisciplinar.



“É algo positivo, não só para os homens e para as questões de política criminal para redução dos processos e procedimentos criminais, como também prevenção de violência a fim de que se possa adquirir uma sociedade mais justa e mulheres possam viver nos seus casamentos, nos seus relacionamentos de maneira mais feliz.”, elucida a PJ Fábica Mussi.

## MÊS DE NOVEMBRO

**Link:** <https://www2.mppa.mp.br/noticias/nucleo-mulher-lanca-calendario-alusivo-aos-21-dias-de-ativismo-pelo-fim-da-violencia-contra-a-mulher.htm>

Núcleo Mulher lança calendário alusivo aos "21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher"

**Calendário**  
**21 DIAS DE ATIVISMO - ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

**20 NOV**  
ÁME-SE ACIMA DE QUALQUER OUTRA PESSOA E NÃO ACEITE DE VOLTA, UM ABUSADOR! VOCÊ MERECE MAIS!

**21 NOV**  
NÃO É NORMAL SENTIR MEDO DE SEU COMPANHEIRO. SE ELE QUEBRA SEUS OBJETOS E FICA VIOLENTO FACILMENTE, ELE É CONSIDERADO UM ABUSADOR.

**22 NOV**  
VOCÊ MERECE NÃO TER MEDO DENTRO DE SUA PRÓPRIA CASA. NENHUMA MULHER MERECE SOFRER VIOLÊNCIA. DENUNCIE: LIGUE 180.

**23 NOV**  
VOCÊ NÃO PRECISA SENTIR MEDO E ANGÚSTIA DENTRO DO PRÓPRIO RELACIONAMENTO. ISSO, ALIAS, NÃO É NORMAL. PROCURE SABER MAIS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER.

**24 NOV**  
IMPEDIR QUE VOCÊ SAIA DE CASA E CÁRCERE PRIVADO É E CONSIDERADO VIOLÊNCIA CONTRA MULHER. ISSO NÃO É SO CIUMES, É CRIME E PRECISA SER DENUNCIADO.

**25 NOV**  
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NÃO É SO

**26 NOV**  
ESTUPRO MARITAL EXISTE.

**27 NOV**  
SE VOCÊ SE AFASTOU DE

**28 NOV**  
NÃO TEMOS QUE TOMAR CUIDADO SO

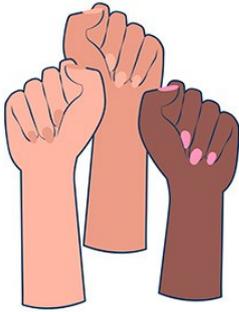
**29 NOV**  
O AMOR QUE VOCÊ TEM PELO SEU MARIDO

**BELÉM 21/11/23 14:30**

O Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Núcleo Mulher) do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) está engajado na Campanha Mundial "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher". Em sintonia com o propósito da iniciativa, o Núcleo elaborou um calendário físico, distribuído nas dependências do MPPA, contendo mensagens diárias de incentivo à igualdade da mulher e de combate à violência doméstica.

No contexto brasileiro, a campanha se estende por 21 dias, começando em 20 de novembro e culminando em 10 de dezembro. Esse período abrange o Dia da Consciência Negra, considerando a dupla vulnerabilidade enfrentada pelas mulheres negras. A Coordenadora do Núcleo Mulher, Promotora de Justiça Luziana Dantas, destaca a simbologia dos "21 dias de ativismo" como um chamado à atenção constante e vigilância na batalha contra a violência à mulher.

A Promotora de Justiça Herena Melo, coordenadora auxiliar, ressalta que a campanha do MPPA é uma semente para um enfrentamento corajoso, sistemático e reflexivo sobre a construção democrática a partir da equidade de gênero. A também coordenadora auxiliar, Promotora de Justiça Viviane Sobral, salienta o objetivo da campanha em divulgar as diversas formas de violência de gênero, além de instigar reflexões sobre a necessidade de prevenção e combate.



# Calendário

## 21 DIAS DE ATIVISMO – ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



**20 NOV**

AME-SE ACIMA DE QUALQUER OUTRA PESSOA E NÃO ACEITE DE VOLTA UM ABUSADOR! VOCÊ MERECER MAIS!

**21 NOV**

NÃO É NORMAL SENTIR MEDO DE SEU COMPANHEIRO. SE ELE QUEBRA SEUS OBJETOS E FICA VIOLENTO FACILMENTE, ELE É CONSIDERADO UM ABUSADOR.

**22 NOV**

VOCÊ MERECER NÃO TER MEDO DENTRO DE SUA PRÓPRIA CASA. NENHUMA MULHER MERECER SOFRER VIOLÊNCIA. DENUNCIE: LIGUE 180.

**23 NOV**

VOCÊ NÃO PRECISA SENTIR MEDO E ANGÚSTIA DENTRO DO PRÓPRIO RELACIONAMENTO. ISSO, ALIÁS, NÃO É NORMAL. PROCURE SABER MAIS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER.

**24 NOV**

IMPEDIR QUE VOCÊ SAIA DE CASA É CÂRCERE PRIVADO E É CONSIDERADO VIOLÊNCIA CONTRA MULHER. ISSO NÃO É SO CIUMES, É CRIME E PRECISA SER DENUNCIADO.



**25 NOV**

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NÃO É SO FEITA PELO MARIDO OU PELO NAMORADO. UM PAI, UM IRMÃO OU UM AMIGO DA FAMÍLIA TAMBÉM PODEM SER ABUSADORES, POR ISSO FIQUE ATENTA!

**26 NOV**

ESTUPRO MARITAL EXISTE. VOCÊ NÃO DEVE SEXO A NINGUÉM, NEM AO SEU MARIDO E, SE ISSO ACONTECER COM VOCÊ, DENUNCIE, POIS É UM CASO DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER.

**27 NOV**

SE VOCÊ SE AFASTOU DE SUAS AMIGAS E DE SUA FAMÍLIA POR CAUSA DE SEU COMPANHEIRO, TENHA CUIDADO, POIS ISSO É UM SINAL DE ABUSO E DE QUE ELE PODE SE TORNAR VIOLENTO.

**28 NOV**

NÃO TEMOS QUE TOMAR CUIDADO SO COM O NOSSO RELACIONAMENTO, MAS DE OUTRAS MULHERES TAMBÉM. DENUNCIE CASO PRESENCE ALGUM CASO DE VIOLÊNCIA.

**29 NOV**

O AMOR QUE VOCÊ TEM PELO SEU MARIDO NÃO PODE SER MAIOR DO QUE O AMOR POR SUA PRÓPRIA VIDA. VIOLÊNCIA CONTRA MULHER É ALGO SÉRIO E CRIMINOSO. DENUNCIE.



**30 NOV**

EM BRIGA DE MARIDO E MULHER, META-SE, SIM, A COLHER! NÃO TENHA MEDO DE DENUNCIAR E DE DEFENDER OUTRAS MULHERES DA VIOLÊNCIA!

**01 DEZ**

O AMOR JAMAIS É VIOLENTO. NÃO ACEITE, PORTANTO, QUE NINGUÉM ENCOSTE A MÃO EM VOCÊ, NEM MESMO SEU MARIDO. VIOLÊNCIA CONTRA MULHER É CRIME. LIGUE 180.

**02 DEZ**

SE VOCÊ, MULHER, ESTÁ SOFRENDO VIOLÊNCIA, SAIBA QUE NÃO ESTÁ SOZINHA! BUSQUE AJUDA POR MEIO DOS AMIGOS, DA FAMÍLIA OU ATÉ MESMO DA INTERNET.

**03 DEZ**

A MULHER QUE É ACREDITADA EM CASA, SEJA FÍSICA OU PSICOLÓGICAMENTE, PODE NÃO CONSEGUIR CONTAR. É JUSTAMENTE NESTA HORA DE SILÊNCIO QUE ELAS MAIS PRECISAM DE APOIO. DEMONSTRE QUE VOCÊ ESTÁ DISPONÍVEL PARA AJUDAR!

**04 DEZ**

NÃO SE PODE ACEITAR FLORES APÓS GRITOS. A VIOLÊNCIA TAMBÉM ESTÁ ESCONDIRA EM UMA FRASE QUE FAZ VOCÊ SE SENTIR MAL



**05 DEZ**

AS PESSOAS DEVEM SE SENTIR LIVRES E INDEPENDENTES SEMPRE, MESMO QUANDO ESTÃO AO LADO DE ALGUÉM! FIQUE ATENTA!

**06 DEZ**

MENINOS E MENINAS TEM DIREITOS E DEVERES IGUAIS. VAMOS EDUCAR PARA A IGUALDADE DE GÊNERO!

**07 DEZ**

O FEMINISMO É ACREDITAR QUE TANTO HOMENS QUANTO MULHERES TEM DIREITO E DEVERES IGUAIS

**08 DEZ**

HOJE VOCÊ ESCOLHE! PROTEJA AS MULHERES – DENUNCIE

**09 DEZ**

SER CONTRA A VIOLÊNCIA É USAR SUA VOZ PARA DENUNCIÁ-LA E SUA POSIÇÃO PARA SER RESISTÊNCIA!



**10 DEZ**

POR UM MUNDO SEM VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES! DENUNCIE SEMPRE



**Núcleo Mulher**



A iniciativa busca conscientizar a população acerca dos variados tipos de agressões enfrentadas por mulheres em todo o mundo. Anualmente, é realizada uma mobilização global, que se inicia em 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, e se estende até 10 de dezembro, data da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O intuito é propor medidas preventivas e de combate à violência, ampliando os espaços de diálogo com a sociedade.

O calendário da campanha, adaptado à realidade brasileira, incorpora datas como o Dia da Consciência Negra e o Dia Nacional dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. As datas que compõem a Campanha são:

- 20 de novembro** - Início da Campanha no Brasil, Dia da Consciência Negra
- 25 de novembro** - Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres
- 29 de novembro** - Dia Internacional dos Defensores dos Direitos da Mulher
- 1º de dezembro** - Dia Mundial de Combate à AIDS
- 03 de dezembro** - Dia Internacional das Pessoas com Deficiência
- 06 de dezembro** - Dia de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres (Campanha do Laço Branco)
- 10 de dezembro** - Dia Internacional dos Direitos Humanos e encerramento oficial da Campanha.

A origem da campanha remonta a 1991, quando mulheres de diferentes países, unidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL), iniciaram um movimento para debater e denunciar as várias formas de violência contra as mulheres no mundo. No Brasil, a Campanha ocorre desde 2003, incorporando o Dia da Consciência Negra, e já conta com a adesão de cerca de 150 países.

<https://www2.mppa.mp.br/noticias/nucleo-mulher-do-mppa-participa-de-encontro-da-rede-de-atendimento-a-mulher.htm>

**MPPA participa do XIII Encontro Nacional da COPEVID**



RIO DE JANEIRO 04/12/23 16:02

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da Promotora de Justiça Viviane Lobato Sobral, representante do Núcleo de Proteção à Mulher, participou do XIII Encontro Nacional da Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher (COPEVID), que integra o Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), órgão do Conselho Nacional de Procuradores Gerais- CNPG, realizado na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro.



Durante o encontro, houve exposição de painéis sobre: "Atuação com perspectiva de gênero; Gênero: desigualdade e violência: desafios do sistema de justiça; Alienação parental; Violência de gênero: impactos culturais e psicossocioassistenciais e Gênero e interdisciplinaridade", além da exposição de boas práticas relacionadas a projetos e iniciativas no combate à violência de gênero, executadas pelas unidades do Ministério Público brasileiro.

Para a Promotora de Justiça, Viviane Lobato Sobral, o encontro foi muito proveitoso considerando que houve uma rica troca de experiências e de boas práticas permitindo aprimoramento no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres.

*Texto e fotos: Núcleo de Proteção à Mulher/ com edição da Ascom MPPA*

**MÊS DE DEZEMBRO**

<https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-promove-de-reuniao-de-articulacao-com-a-onu-unodc-para-o-enfrentamento-ao-traffic-de-pessoas.htm>

**Núcleo Mulher do MPPA participa de encontro da rede de atendimento à mulher**



**BELÉM 04/12/23 15:50**

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio do Núcleo de Proteção à Mulher, participou do Encontro da Rede de Serviços de Atendimento à Mulher, promovido pela Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU), no Auditório do Prédio Anexo do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), nesta sexta-feira, 1º de dezembro.

O Promotor de Justiça Franklin Prado representou o MPPA no encontro com integrantes da rede de atendimento dos municípios do Estado do Pará, em especial Belém, Benevides, Ananindeua, Marituba e Parauapebas que estão diretamente ligados ao Acordo.

Na ocasião, tratou-se da renovação do Termo de Cooperação Técnica do Programa Acolhe, com o objetivo de discutir metodologia de trabalho e fluxos de atendimento, formulando novas estratégias de Políticas Públicas para as Mulheres. O programa tem por objetivo garantir abrigo a mulheres vítimas de violência no período de até 15 dias com amparo psicossocial para fortalecimento e garantia de um período para estabilização da mulher assistida, que se estende a filhos(as).

Abordando as atividades realizadas pelo Núcleo Mulher do MPPA, o Promotor de Justiça Franklin Prado destacou o Projeto de Multi-acolhimento Social, o qual realiza treinamento para integrantes da Rede de Proteção à Mulher e encaminha mulheres em situação de vulnerabilidade para o devido acompanhamento.

Além disso, o Núcleo Mulher MPPA atua com outros nove projetos, a saber: grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica; formação de profissionais da educação, realizado todo mês de março; curso de extensão em direitos da mulher e questões de gênero; ações integradas no Marajó, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Centros de Apoio Operacional do MPPA; Escutas Sociais, em parceria com a Ouvidoria do MPPA; roda de conversa com mulheres indígenas; Projeto “Tráfico de pessoas: É preciso reconhecer para enfrentar”; Ciclo de diálogos, realizado em agosto; Prêmio “Mulheridades: somos muitas, somos múltiplas”.

*Ascom MPPA, com informações do Núcleo Mulher MPPA e TJ PA*

#### **MPPA promove reunião de articulação com a ONU/UNODC para o enfrentamento ao tráfico de pessoas**



O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) promoveu no dia 7 de dezembro reunião de articulação entre os Projetos Tapajós da ONU/UNODC e do Projeto “Tráfico de Pessoas: É preciso reconhecer para enfrentar”, derivado do Termo de Cooperação entre CNMP/MPPA, que tem como objetivo combater o tráfico de pessoas na região da Amazônia Paraense. O encontro aconteceu na sala de reuniões das Promotorias da Infância e Juventude, na sede do Ministério Público do Estado do Pará.

O Projeto Tapajós é implementado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (ONU/UNODC), no âmbito de assistência aos países na aplicação do Protocolo da Organização das Nações Unidas sobre Tráfico de Pessoas e tem como objetivo geral desenvolver melhor compreensão do trabalho forçado na mineração de ouro no estado do Pará para preencher uma lacuna crítica de conhecimento e informar futuros esforços antitráfico. Após Santarém, Itaituba é a principal cidade de médio porte da região de Tapajós, reunindo aproximadamente 80% de todos os locais de mineração da região.

Neste sentido, após a finalização da 1ª fase do Projeto Tapajós, observou-se questões transversais sobre o garimpo de ouro no tapajós, entre elas o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e a exploração sexual de mulheres indígenas, bem como o fluxo de pessoas traficadas internamente de um ponto à outro do território nacional.

Compuseram a mesa de reunião a Promotora de Justiça Agrária de Santarém e Coordenadora Auxiliar Núcleo Mulher e ponto focal pelo MPPA/CAODH para a temática, Herena Neves Máues Correa de Melo; a Oficial de Projeto Tapajós (ONU/UNODC) Bruna Braz Ramalho; a Assessora de Projeto UNODC, Bethânia Godinho da Silva; e a Oficial de Monitoramento e Avaliação da UNODC, Savia Cordeiro de Souza.



A Promotora de Justiça Agrária de Santarém, Herena Maués Corrêa de Melo, enfatizou que o objetivo geral do encontro foi deliberar sobre as atividades de implementação do acordo de cooperação firmado entre o MPPA e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o apoio da UNODC a partir do Projeto Tapajós.

“As pessoas traficadas internamente para o Pará em regra são aliciadas no nordeste do país para fins de escravidão contemporânea, em busca de melhores condições de sobrevivência e por sua vez as crianças e mulheres da Amazônia são alvo do tráfico de pessoas, especialmente para fins de exploração sexual e trabalho doméstico análogo á escravidão. Estamos tratando de violações gravíssimas aos direitos humanos o que não se resume à violação da legislação trabalhista, ainda que estas também possam ser alvo de enfrentamento. Há missão institucional de todo o Ministério Público Brasileiro no enfrentamento desta chaga nacional, não apenas em âmbito internacional, mas principalmente nas rotas de tráfico internos da Amazônia, em especial no Pará, sendo que as atividades deliberadas, colaborarão estrategicamente com a divulgação e

combate ao crime que foi incorporado ao Código Penal Brasileiro em 2016 no Art. 149-A". pontuou a Promotora de Justiça.

Nas deliberações finais, foi acordado a realização de evento formativo estratégico para o sistema de segurança pública e sistema de justiça a fim de apresentar os dados do Projeto Tapajós e do Projeto Tráfico de Pessoas: É preciso reconhecer para enfrentar do Núcleo Mulher, previsto para acontecer no início de fevereiro na cidade de Santarém, promovido em conjunto pelo CAODH, Núcleo Mulher, Promotoria de Justiça Agrária de Santarém e CEAF com o apoio da UNODC, bem como reunião sobre a inclusão da matéria tráfico de pessoas em curso de formação para os novos promotores de justiça a partir de articulação junto ao CAODH e PGJ.

## **7. DIFICULDADES ENCONTRADAS PELO NÚCLEO MULHER PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS TRAÇADOS E DESEMPENHO DE AÇÕES**

### **Espaço físico: insuficiente e inadequado;**

**Gestão de pessoas:** número insuficiente de servidores para a execução de todas as tarefas do Núcleo Mulher, com sobrecarga muito grande de trabalho; devendo ser observado a necessidade do aumento do quadro de servidores do Núcleo Mulher para que além do(a) assessor(a) especializado(a)/bacharel em direito possa ter ao menos, mais 1 (um) servidor, ocupante do cargo de auxiliar de administração.

O Coordenador do Núcleo Mulher deveria exercer a Coordenação de forma exclusiva, para conseguir atender a todas as demandas do Estado do Pará, a exemplo dos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional

Considerando a grande demanda de trabalho que aumentou significativamente a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com Instituições de ensino superior, órgãos públicos, e entidades não governamentais, para implementação de ações em conjunto em favor de mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social com o intuito de estabelecer parceria com o objetivo de mútua cooperação observando os eixos de assistência jurídica; saúde física e mental; e, formação/capacitação profissional, visando a execução de programas de trabalho, projetos/atividades, eventos de interesse recíproco e fomento de ações conjuntas em prol da mulher hipossuficiente e vítima de violência doméstica e familiar, buscando conferir maior eficiência, integração, agilidade e efetividade da rede de proteção à mulher.

Entendemos ser pertinente a transformação do Núcleo de Proteção à Mulher em Centros de Apoio Operacional.

## **8. PLANEJAMENTO E NECESSIDADES PARA O ANO DE 2024**

Os eventos serão realizados durante o decorrer de 2024, de modo presencial e/ou de modo remoto, por meio de *lives* ou reuniões virtuais, quando necessário, de acordo com programações que serão construídas ao longo do período pelo Núcleo Mulher em parceria com: CEAF; CAO DH; Promotorias de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e parceiros da Rede de Proteção nos meses previstos a seguir, com a ressalva de que o presente planejamento não é imutável, fechado, podendo ser revisado, complementado e sofrer possíveis alterações .

Outrossim, cumpre destacar, que, pela importância, o Núcleo Mulher recebe diversos convites para participar de eventos em todo o Estado do Pará, convites esses que são incluídos na programação anual do núcleo Mulher.

**MÊS DE JANEIRO** realizaremos Treinamento da Rede Integrada para execução do Projeto de Multi-acolhimento Social do Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA, em **Icoaraci** nos dias 29 e 30 de janeiro de 2024 (2ª e 3ª-feira) em parceria com a Promotoria de Justiça de Icoaraci e a Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU).

**MÊS DE FEVEREIRO** serão realizados na região Sudoeste I, pelo Núcleo de Proteção à Mulher (Núcleo Mulher), os Projetos : **1) Roda de Conversa com Mulheres Indígenas** que ocorrerá no município de Vitória do Xingu, no dia 22 de fevereiro de 2024 (5ª-feira) na Reserva Indígena Boa Vista, Aldeia do Povo Indígena JURUNA e **2) Ciclo de diálogos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)** sobre atualizações e Inovações da Lei Maria da Penha - Garantia de Efetividade na Proteção à Mulher no município de **Altamira**, no dia 23 de fevereiro de 2024 (6ª-feira); bem como, **Ação Integrada do Ministério Público do Estado do Pará** para fortalecimento das redes de proteção às mulheres e infância e adolescência em São Sebastião da Boa Vista – Região Marajó II, no período de 26FEV a 1ºMAR2024.

**MÊS DE MARÇO** no dia 6, pela manhã, realizaremos **Seminário** em alusão ao **dia 8, dia Internacional da Mulher**, com o objetivo de mostrar à sociedade e aos membros e servidores do MPPA que o Ministério Público do Estado do Pará, através do Núcleo Mulher, busca cada vez mais fortalecer o diálogo com a sociedade e a imagem institucional, bem como trabalha para assegurar maior efetividade dos direitos e garantias das mulheres, onde termos como palestrantes: Doutora Herena que falará sobre o tema: “Mulheres Amazônicas: Projeto UAPÉ protagonismo para mulheres do campo”; Luciano Ramos que falará sobre QUEER e possivelmente a Doutora Marina Ganzarolli e/ou Zélia Amador.

No mesmo dia 6, pela tarde, haverá entrega do **Prêmio “Mulheridades Somos Muitas, Somos Múltiplas”**, com evento cultural, apresentação de Marina Black.

O prêmio “Mulheridades: somos muitas, somos múltiplas”, é destinado às mulheres de destaque local e nacional que realizam trabalho de proteção à mulher em situação de violência doméstica e/ou que, de alguma forma, demonstraram distinta relevância em suas respectivas áreas de atuação profissional, homenageando-as pela coragem, determinação e dignidade com que construíram suas vidas pessoal, profissional e familiar, tornando-se cada uma delas referência de poder feminino.

E no dia 7, em atenção à **Lei nº 14.164/2021, que instituiu a Semana escolar de combate à violência contra a mulher**, para que as ações de combate sejam realizadas anualmente no mês de março; realizaremos o Projeto de Formação dos Profissionais da Educação em parceria com a SEDUC, FEBRABAN e Doutora Marina Ganzarolli.

**MÊS DE ABRIL** em alusão ao **dia 30, dia nacional da Mulher**, iremos realizar **Ação Integrada do Ministério Público do Estado do Pará** no Marajó II, no município de **Breves** (período a ser definido).

**MÊS DE MAIO** haverá Treinamento da Rede Integrada para execução do Projeto de Multi-acolhimento Social do Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA, em **Castanhal**, em parceria com a Promotoria de Justiça de Castanhal e a Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU).

**MÊS DE JUNHO** iremos realizar **Roda de conversa com mulheres indígenas** e **Oficina sobre formação de gênero para crianças**, em parceria com o CAOIJ.

**MÊS DE JULHO** em alusão ao **dia 30, dia mundial de combate ao tráfico de pessoas** iremos realizar **Seminário Técnico-Científico** sobre “Tráfico de pessoas: é preciso reconhecer para enfrentar”.

**MÊS DE AGOSTO** (Agosto Lilás), faremos **Ciclo de diálogos da Lei Maria da Penha** que busca atender a Recomendação nº 89 do CNMP, de 27 de janeiro de 2022 para o aprimoramento e a capacitação permanente de Membros, Servidores e integrantes da Rede de Proteção à Mulher, e também foi elaborado como ação efetiva de iniciativa do Ministério Público em alusão ao “agosto lilás”, mês em que são intensificadas as ações de combate à violência contra a mulher. Onde serão convidadas palestrantes de renome nacional para abrilhantar nosso evento.

**MÊS DE SETEMBRO**, em comemoração ao **dia 6, dia internacional de ação pela igualdade da mulher**; pretendemos realizar um evento para destacar a importância da igualdade da mulher na sociedade, tendo em vista o cenário de desigualdades que assolam as relações entre homens e mulheres, seja no ambiente familiar, no trabalho, ou nos mais diversos setores das sociedades. A desigualdade de gênero é uma das violações mais persistentes e graves dos direitos humanos no mundo e, embora muito já tenha sido alcançado por ativistas dos direitos das mulheres, o progresso ainda é desigual.

Também iremos realizar **Ação Integrada do Ministério Público do Estado do Pará** no Marajó II, no município de Portel (período a ser definido).

**MÊS DE OUTUBRO**, em comemoração ao **dia 19, dia internacional contra o câncer de mama**; realizaremos campanha virtual ressaltando o **amor próprio** como um chamado à atenção constante e vigilância na batalha contra a violência à mulher.

**MÊS DE NOVEMBRO** faremos parte da **Campanha internacional dos 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra mulheres (no Brasil, 21 dias de ativismo de 20NOV a 10DEZ)**; e, Em sintonia com o propósito da iniciativa, o Núcleo lançará um calendário atualizado, que será distribuído nas dependências do MPPA e encaminhado à rede de Proteção, contendo mensagens diárias de incentivo à igualdade da mulher e de combate à violência doméstica.

Em comemoração ao **dia 20, dia nacional da consciência negra** pretendemos realizar um evento em comemoração ao dia da morte do líder negro Zumbi dos Palmares, sendo a data importante para reflexões acerca do racismo e das desigualdades e violências contra a população negra, ainda existentes em nossa sociedade, por serem o segmento populacional mais atingido pela violência policial e pelas desigualdades sociais e econômicas.

E, pretendemos realizar um evento em comemoração ao **dia 25, dia internacional da eliminação da violência contra a mulher** considerando que a violência contra a mulher é um problema mundial que não distingue cor, classe social ou raça e, é maléfica, absurda e injustificável. O combate a essa prática tem como objetivo revelar a dimensão do feminicídio e denunciar o aumento do número de casos de mortes de mulheres por razões de gênero. O assunto é de extrema importância e a luta pela não Violência Contra a Mulher tem que ser de todos, homens e mulheres.

**MÊS DE DEZEMBRO** em alusão ao dia 6, dia nacional de mobilização dos homens pelo fim da Violência contra as mulheres, pretendemos realizar Roda de conversa oportunidade em que falaremos sobre o Grupo Reflexivo de homens autores de Violência Doméstica, implantado pelo MPPA em março de 2022.